



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGOIC, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2025

www.caixagestaodeativos.pt



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 454 563



ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	3
2.	MERCADOS FINANCEIROS	7
3.	MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS.....	10
4.	PERSPETIVAS PARA 2026.....	11
5.	GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL	13
6.	ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	15
7.	MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO	17
8.	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	18
9.	PRINCIPAIS RISCOS	20
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
11.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS	23
12.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	64
13.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	69



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A economia global manteve em 2025 uma trajetória de robustez, suportada por condições financeiras gradualmente menos restritivas, apesar da intensificação de um conjunto de incertezas de diversas ordens. A estabilidade do mercado laboral, com níveis historicamente baixos de desemprego, a recuperação dos salários reais, que gerou suporte ao consumo privado, a redução da inflação, que permitiu aos principais bancos centrais cortar as taxas diretoras, e, ainda, a resiliência das economias emergentes, sustentaram um crescimento mundial, estimado em 3,2%, segundo o mais recente relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em outubro, ligeiramente abaixo dos 3,3% em 2024. De acordo com as estimativas desta instituição, ambos os blocos, emergente e desenvolvido, apresentaram algum abrandamento, sendo mais significativa no segundo caso: de 1,8% para 1,6%, enquanto no primeiro a redução foi de 4,3% para 4,2%. A atividade global foi ainda favorecida pela solidez do comércio internacional, apesar do aumento do protecionismo, com tarifas mais elevadas, e das tensões geopolíticas, que condicionaram as cadeias de abastecimento e as rotas marítimas. No que respeita aos preços, a inflação no consumidor reteve uma trajetória de desaceleração, embora a um ritmo mais gradual do que no ano anterior, devido à persistência de contributos ainda elevados do aumento dos preços dos serviços. A diminuição da inflação e a expectativa de convergência para as respetivas metas de política monetária permitiu aos principais bancos centrais prosseguir o ciclo de cortes das taxas encetado em 2024, ainda que, no final do ano, a orientação da política monetária permanecesse restritiva em diversas regiões.

Indicadores Económicos

Valores em %

	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Global	3.3	3.2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	2.8	2.0	3.0	2.7	4.0	4.2
União Europeia ^(a)	1.1	1.4	2.6	2.5	5.9	5.9
Área Euro	0.9	1.3	2.4	2.1	6.3	6.3
Alemanha	-0.5	0.2	2.5	2.3	3.4	3.5
França	1.2	0.7	2.5	1.0	7.4	7.6
Espanha	3.5	2.9	2.9	2.6	11.4	10.4
Itália	0.7	0.4	1.1	1.7	6.5	6.2
Reino Unido	1.1	1.3	2.5	3.4	4.3	4.7
Japão	0.1	1.1	2.7	3.3	2.6	2.6
Rússia	4.3	0.6	8.4	9.0	2.5	2.4
China	5.0	4.8	0.2	0.0	5.1	5.1
Índia	4.6	2.8	5.4	4.4	4.9	4.9
Brasil	3.4	2.4	4.4	5.2	6.9	7.1

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2025; Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2025.

A economia norte-americana voltou a assumir um papel determinante para o crescimento global em 2025, isto apesar de, segundo a estimativa do FMI, ter registado uma expansão de 2,0%, inferior aos 2,8%



observados em 2024. Esta evolução foi sustentada pelo consumo privado, impulsionado pela recuperação das remunerações reais, e pelo investimento empresarial, sobretudo em setores ligados à tecnologia, com incidência na Inteligência Artificial (IA) e na transição energética. Apesar da manutenção de condições financeiras restritivas durante grande parte do ano, os consumidores continuaram a recorrer ao crédito para sustentar os padrões de consumo, embora o nível de sentimento tenha diminuído devido ao abrandamento do mercado de trabalho. Em termos concretos, foram criados menos de 700 mil postos de trabalho, após a criação de dois milhões no ano anterior, mas suficientes para elevar o número total de empregos para um novo máximo histórico, próximo de 160 milhões. A taxa de desemprego manteve-se em níveis relativamente baixos, apesar de ter sido em média cerca de 4,2%, o valor mais elevado desde 2021. No que respeita aos preços, a tendência de desinflação, iniciada em 2022, prolongou-se, embora com alguma variabilidade, devido à persistência de pressões nos serviços e nos custos habitacionais. A inflação homóloga, que havia encerrado 2024 em 2,9%, atingiu no segundo trimestre o valor mais baixo desde 2021, de 2,3%, acelerando posteriormente para um valor próximo de 3,0%, afastando-se, de novo, da meta de médio prazo da Reserva Federal (Fed). Apesar disso, após ter mantido a taxa dos *fed funds* em valores relativamente elevados durante boa parte do ano, a Fed reiniciou, em setembro, o ciclo de flexibilização, acabando por decretar cortes que totalizaram uma diminuição destas referências em 75 pontos base (*p.b.*), o que reduziu o limite superior da taxa para 3,75%, o nível mais baixo desde o final de 2022. Este ajustamento refletiu sinais de fraqueza do mercado de trabalho.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2024	2025	2024	2025
PIB real	1.1	1.4	0.9	1.3
Consumo privado	1.5	1.5	1.3	1.3
Consumo público	2.4	1.8	2.3	1.8
Formação Bruta de Capital Fixo	-1.9	2.0	-2.0	2.2
Exportações	0.8	1.9	0.6	1.5
Importações	0.4	3.0	0.0	2.9
Inflação	2.6	2.5	2.4	2.1
Taxa de desemprego (em %)	5.9	5.9	6.3	6.3
Saldo orçamental (em % do PIB)	-3.1	-3.3	-3.1	-3.2

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2025.

A Área Euro, não obstante a aceleração registada em 2025, voltou a mostrar um ritmo de crescimento moderado. Segundo as projeções do outono da Comissão Europeia, conhecidas em novembro, o PIB da região deverá ter avançado 1,3%, acelerando face aos 0,9% registados em 2024, continuando condicionado por fatores estruturais. Na primeira metade do ano, o contributo positivo adveio sobretudo das exportações líquidas, num cenário em que os principais parceiros comerciais da região sustiveram desempenhos sólidos, enquanto a procura interna permaneceu frágil, prolongando a tendência de contenção iniciada no segundo semestre do ano anterior. No período, com a taxa de desemprego a situar-se próxima de mínimos históricos (6,3% perto do final do ano), com os salários reais a crescerem e com a melhoria das condições financeiras, apesar da incerteza quanto a choques externos, as famílias reforçaram o consumo, ainda que se tenha assistido a um novo aumento da poupança. O investimento, por sua vez, apresentou um contributo marginalmente positivo na maioria dos Estados-membros, refletindo desafios persistentes de competitividade em setores industriais mais relacionados com a



procura do exterior.

No que respeita aos preços, a inflação homóloga medida pelo índice harmonizado de preços ao consumidor manteve uma trajetória descendente, passando de 2,4% no final de 2024 para 2,0% em dezembro de 2025, atingindo a meta de médio prazo definida do Banco Central Europeu (BCE). Em linha com esta envolvência, e visando apoiar a atividade económica, o BCE prolongou o ciclo de redução das taxas iniciado em meados de 2024, decretando cortes adicionais de 100 *p.b.* durante o primeiro semestre do ano, o que reduziu a taxa de juro da facilidade de depósito para 2,00%, o nível mais baixo desde o início de 2023.

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

	2023	2024	2025
PIB real	3.1	2.1	2.0
Consumo privado	2.4	3.0	3.6
Consumo público	1.8	1.5	1.6
Formação Bruta de Capital Fixo	6.0	4.2	4.0
Exportações	4.3	3.1	1.1
Importações	2.3	4.8	5.3
Inflação	5.3	2.7	2.2
Taxa de desemprego (em %)	6.5	6.4	6.2
Saldo orçamental (em % do PIB)	1.3	0.5	0.0
Dívida Pública (em % do PIB)	111.2	93.6	88.2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2025; CE European Economic Forecast, novembro 2025

A economia portuguesa manteve em 2025 uma tendência de crescimento robusto, refletindo um contexto de maior dinamismo do consumo privado e da procura externa, apoiada por números recorde na atividade turística. Conforme o Boletim Económico de dezembro de 2025, o Banco de Portugal estima que o incremento do PIB tenha sido de 2,0%, após 2,1% em 2024. Este desempenho foi suportado pelo contributo positivo do consumo privado, que cresceu 3,6%, beneficiando da robustez do mercado de trabalho e da manutenção do crescimento dos salários reais. O investimento fixo apresentou novamente uma evolução favorável, apesar do ligeiro arrefecimento comparativamente ao ano anterior, enquanto a do consumo público foi mais contida. Em termos médios anuais, a taxa de desemprego deverá ter-se situado em 6,2%, ligeiramente abaixo dos 6,4% registados nos doze meses anteriores, espelhando a criação líquida de emprego e uma resiliência do mercado laboral. A política orçamental preservou uma orientação expansionista, favorecendo a atividade económica, enquanto o contributo negativo da procura externa derivou de um ritmo de expansão elevado das importações devido à aceleração da procura interna. No que respeita aos preços, a inflação medida pelo índice harmonizado europeu registou uma desaceleração significativa, passando de 3,1% em dezembro de 2024 para 2,4% no final de 2025, aproximando-se do objetivo de 2% definido pelo BCE. Esta evolução refletiu a dissipação dos efeitos de base associados à energia e a normalização gradual dos preços nos bens alimentares e nos serviços.

No que respeita às economias emergentes e em desenvolvimento, estas mantiveram-se como o principal motor do crescimento global, apesar de sinais de moderação. O comportamento positivo foi favorecido por um conjunto de fatores estruturais e conjunturais. Entre os principais, destacam-se a robustez da procura interna, impulsionada pelo crescimento dos salários reais e pela expansão do crédito ao consumo, bem como a recuperação do investimento privado, apoiada por políticas fiscais e monetárias



mais acomodáticas em várias regiões. A resiliência do setor exportador, beneficiando da diversificação de mercados e da procura por matérias-primas, também contribuiu para mitigar os impactos da perda de impulso global. Adicionalmente, a estabilização dos preços das matérias-primas e a redução gradual das taxas de juro em grande parte dos países emergentes reforçaram o tom favorável das condições financeiras, enquanto a digitalização e os investimentos em infraestrutura continuaram a atuar como motores de expansão. Estes elementos, aliados à dinâmica demográfica favorável e à integração comercial regional, permitiram que o bloco emergente mantivesse um papel central na economia mundial. A economia da Índia voltou a destacar-se, com um crescimento estimado em 6,6%, também segundo o FMI, superior aos 6,5% do ano anterior, enquanto a China deverá ter crescido 4,8%, ligeiramente abaixo da meta governamental de 5,0%, fixada ainda no mês de março, apesar das medidas de estímulo implementadas, incluindo reforço da política monetária, apoio ao setor imobiliário e incentivos ao consumo. Na América Latina, o ritmo de crescimento continuou contido, penalizado pelo México, enquanto o Brasil deverá ter registado um crescimento próximo de 2,4%, um ponto percentual inferior ao observado em 2024. Na Europa de Leste, após ter surpreendido no ano prévio, a economia moderou substancialmente, para um crescimento inferior a um ponto percentual, afetada por restrições externas e tensões comerciais. A inflação continuou a desacelerar na maioria das economias emergentes, permitindo aos bancos centrais estender os ciclos de redução das taxas diretas, sendo a exceção mais notória o Brasil, onde a autoridade monetária prolongou a política de agravamento das taxas até ao final do primeiro semestre.

O panorama geopolítico voltou a ser marcado por reconfigurações diplomáticas, risco económico elevado (tarifas, fragmentação e incerteza regulatória) e choques regionais com efeitos de contágio sobre as cadeias de valor, nas rotas marítimas e nas decisões de investimento. Relatórios da Organização Mundial do Comércio e da divisão de comércio internacional das Nações Unidas (UNCTAD) apontaram para um ambiente de comércio mais incerto, condicionado por tarifas “recíprocas” e pelo *front-loading* de importações/exportações em algumas jurisdições; tudo isto sob forte influência das tensões geopolíticas e da corrida das principais potências pela supremacia tecnológica, sobretudo em semicondutores e inteligência artificial (IA). No Médio Oriente, o dossiê Gaza dominou a agenda regional, com cessar-fogos e propostas de planos faseados de paz envolvendo mediação dos EUA, Egito, Qatar e Turquia - processos ainda frágeis devido à escala humanitária e ao contexto político doméstico em Israel e nos territórios palestinianos. No Extremo Oriente, a rivalidade EUA - China e os pontos de disputa marítima com outros países, caso das Filipinas e de Taiwan, intensificaram-se. No final do ano, a China realizou os maiores exercícios militares desde 2022 em torno de Taiwan, simulando bloqueio de portos e ataques multidimensionais, com resposta a um aumento do apoio militar ao território por parte dos EUA. Paralelamente, seguiram-se incidentes no Mar do Sul da China envolvendo a guarda costeira chinesa e embarcações filipinas. Estes fatores cruzaram-se com a forte expansão de comércio ligado à IA e com o *front-loading* de encomendas, elevando a sensibilidade das cadeias globais a disrupções regionais. No Leste da Europa, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia consolidou-se como uma guerra de atrição ao longo de uma frente de sensivelmente 1.000 km, com progressos táticos limitados e custos humanos muito elevados. Os fluxos de ajuda ocidental flutuaram, levando os responsáveis ucranianos a reforçar a utilização de UAVs (*drones*), guerra eletrónica e produção doméstica de munições/*drones* de longo alcance. Simultaneamente, os processos diplomáticos e discussões acerca de planos de “congelamento” da linha da frente e garantias de segurança prosseguiram, sem desenvolvimentos reais aplicados. De facto, os relatórios de situação apontaram para a escalada do conflito em regiões como o Donetsk e avanços pontuais russos. O bloco latino-americano conheceu também tensões comerciais e reconfigurações: o acordo UE–Mercosul deu passos legais relevantes em 2025, mas enfrentou adiamentos e oposição de Estados-membros, postergando a assinatura e a sua ratificação. Paralelamente, os EUA aceleraram acordos-quadro com países da região, procurando conter a influência chinesa e diversificar cadeias (mineraiis críticos, infraestruturas).



2. MERCADOS FINANCEIROS

Em 2025, os mercados financeiros registaram um desempenho transversalmente positivo apesar do contexto de aumento da incerteza acerca das políticas económicas, mais vincado nos quatro meses iniciais do ano. Nessa fase, as preocupações quanto ao impacto adverso da imposição de tarifas sobre as importações pelos EUA, em concreto os seus potenciais efeitos no comércio e na economia globais, conduziram ao aumento significativo da aversão ao risco e da volatilidade nos mercados. A partir de meados de abril, contudo, a diminuição aparente da agressividade da posição norte-americana nas negociações comerciais internacionais e a crescente expectativa de possíveis descidas das taxas de juro de referência, em particular pela Reserva Federal, impulsionou a valorização dos principais mercados acionistas, tendo vários alcançado máximos, e de obrigações de dívida pública e corporativa. Nesta envolvência, a maior imprevisibilidade quanto à condução da política económica nos EUA, a par da postura progressivamente menos restritiva da autoridade monetária e dos crescentes receios em torno da sua independência, resultou na depreciação do dólar em relação à maioria das restantes moedas.

No Mercado Monetário, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma descida significativa, prolongando o movimento observado no ano anterior e acompanhando as decisões de redução das taxas de referência dos respetivos bancos centrais.

Em específico, a *Sofr*, o indexante para operações em dólares, registou um decréscimo de 65 pontos base (*p.b.*), para 3,65%, no prazo de 3 meses, de 68 *p.b.*, para 3,57%, no de 6 meses e de 76 *p.b.*, para 3,42%, a 12 meses. De forma similar, a taxa Euribor, o indexante para aplicações em euros, diminuiu, tendo variado -69 *p.b.*, para 2,03%, na maturidade de 3 meses, -46 *p.b.*, para 2,11%, na de 6 meses e de -22 *p.b.*, para 2,24%, a 12 meses, fixando-se, assim, ligeiramente acima de 2%, o nível da taxa da facilidade de depósito. No caso da Área Euro, o movimento de descida ocorreu essencialmente na primeira metade do ano, observando-se no segundo semestre uma relativa estabilização das referidas taxas, na medida em que a retórica do Banco Central Europeu foi consolidando a expectativa de que o nível dos juros diretores é o adequado à avaliação do enquadramento macroeconómico da região e dos riscos que se lhe colocam.

No que se refere ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, a performance dos índices de referência para os EUA e para a Área Euro foi positiva, e numa magnitude consideravelmente mais expressiva no primeiro caso, resultando na descida significativa das taxas implícitas nos respetivos títulos. O aumento de riscos negativos e da incerteza no que respeita à atividade económica e ao emprego nos EUA, conjuntamente com a evolução da inflação mais benigna que o esperado, favoreceu a valorização da dívida pública norte-americana. Desta forma, nos títulos com maturidade residual a 10 anos a *yield* regressou para próximo de 4%, enquanto no prazo a 2 anos recuou para cerca de 3,5%, espelhando a expectativa de novas descidas da taxa de juro diretora pela Reserva Federal. Na Área Euro, a dívida pública apresentou uma valorização ligeira, ainda que condicionada pelo desempenho negativo das emissões germânicas, em especial nos prazos mais longos da curva de rendimentos, penalizados pela expectativa de uma política orçamental tendencialmente mais expansionista e de maiores necessidades de financiamento associadas ao acréscimo projetado das despesas em defesa, segurança e infraestruturas. No entanto, o compósito para a Área Euro beneficiou do melhor desempenho dos títulos de outros emitentes, tais como Itália e Espanha, em função da redução dos prémios de risco de alguns Estados-membros, ou seja, os diferenciais entre as *yields* face às da Alemanha. No caso específico da dívida pública francesa, embora tenha visto o respetivo custo de financiamento, a 10 anos, a tornar-se mais elevado em termos relativos face ao dos países do Sul da Europa, com preocupações acrescidas acerca do elevado défice orçamental e da deterioração do rácio de dívida do país, apresentou, também, contudo, algum estreitamento do diferencial em comparação à Alemanha, ainda que numa magnitude inferior face à de outros países como Portugal, Espanha e Itália.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** denotaram rendibilidades positivas, superiores nos segmentos de emissões em dólares, que beneficiaram do efeito positivo da redução das taxas de



juro sem risco norte-americanas. Em paralelo, o estreitamento de spreads contribuiu para a valorização destes títulos, em particular de emittentes de grau especulativo. A evolução favorável dos prémios de risco corporativo ocorreu num contexto de resiliência económica e de robustez corporativa. Apesar dos sinais de alguma fragilidade em setores específicos e da incerteza política, os spreads de crédito, em termos agregados, diminuíram para os níveis mais baixos de vários anos. Este desempenho foi suportado pela robustez da situação financeira dos emittentes, apesar de se ter assistido a algum recrudescimento de receios quanto à qualidade creditícia global. A título de exemplo, os dados mais recentes revelam, inclusivamente, uma trajetória de diminuição, na segunda metade de 2025, do número de falências nos EUA. A manutenção de uma forte procura por obrigações corporativas, aliada à flexibilização da política monetária da Reserva Federal e à solidez económica global, propicia que os spreads se situem próximos de mínimos, apesar do aumento expressivo de novas emissões. Neste contexto, os emittentes têm aproveitado as condições de financiamento benignas para estender os prazos de financiamento e manter um montante elevado de disponibilidades financeiras em balanço.

No que respeita ao mercado primário, o setor financeiro liderou as emissões no segmento de grau de investimento, tanto na Europa como nos EUA, seguido pelo consumo não cíclico, indústria e telecomunicações, tendo os prazos entre 5 e 10 anos centrado as atenções.

Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2024	2025
Obrigações do Tesouro		
EUA	0,6%	6,3%
Área Euro	1,9%	0,6%
Alemanha	0,6%	-1,6%
Itália	5,3%	3,2%
Portugal	2,9%	0,7%
Obrigações de Dívida Privada - Crédito		
<i>Investment Grade</i> em dólares	2,1%	7,8%
<i>Investment Grade</i> em euros	4,7%	3,0%
<i>High Yield</i> em dólares	8,2%	8,6%
<i>High Yield</i> em euros	8,2%	5,2%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

A classe de **Ações** registou ganhos expressivos na generalidade dos mercados, com vários dos principais índices de referência norte-americanos e europeus a alcançarem, inclusivamente, novos máximos históricos, apesar da elevada incerteza no plano geopolítico e, em especial, quanto à política comercial dos EUA. Após uma primeira fase do ano marcada pelo impacto do anúncio de novas tarifas sobre as importações de bens pela Administração norte-americana (no designado “Liberation Day”), que gerou o aumento significativo da aversão ao risco, assistiu-se a uma forte recuperação dos mercados, propiciada por um recuo na agressividade inicial das medidas. Para além da aparente diminuição das tensões comerciais, em concreto entre os EUA e a China, o desempenho positivo assentou na expectativa de flexibilização adicional da política monetária da Reserva Federal e na robustez dos resultados empresariais, bem como na melhoria das perspetivas formuladas pelas empresas para os próximos trimestres. Os setores de telecomunicações e tecnológico lideraram os ganhos, enquanto os de imobiliário e consumo básico denotaram os desempenhos mais desfavoráveis. Na Área Euro, a perspetiva de um forte incremento das despesas de defesa e do investimento em infraestruturas forneceu um suporte adicional ao mercado acionista desta região, tendo-se destacado, pela positiva, principalmente o setor



financeiro, mas também o de *utilities* e de recursos básicos, e pela negativa, o de telecomunicações. O Japão registou, em 2025, à semelhança do ano anterior, uma valorização expressiva. A nomeação, pelo parlamento nipónico, da nova Primeira-Ministra Sanae Takaichi, defensora de uma política de maior investimento e consumo público, conduziu a um maior otimismo por parte dos investidores quanto à reanimação da economia. A performance dos mercados emergentes foi genericamente muito positiva, beneficiando da depreciação do dólar e da relativa robustez da atividade destas economias, e da respetiva atuação nos planos das políticas orçamental e monetária. Particularmente positivo foi o desempenho das empresas produtoras de semicondutores que impulsionaram não só os mercados da Coreia do Sul e de Taiwan como também da China, ainda que no último caso a atividade económica permaneça condicionada pela crise do setor imobiliário. Em termos agregados, a rentabilidade global da classe em euros foi positiva, mas inferior ao observado em 2024, ao ser penalizada pelo efeito negativo da depreciação da maioria das restantes moedas face ao euro.

Rendibilidades dos Mercados de Ações

	2024	2025
Global (em euros)	25,3%	7,9%
Desenvolvidos (em euros)	26,6%	6,8%
Emergentes (em euros)	14,7%	17,8%
EUA	25,0%	17,9%
Área Euro	9,5%	23,7%
Itália	19,0%	38,2%
França	0,2%	13,3%
Espanha	19,0%	54,2%
Portugal	3,9%	35,5%
Reino Unido	9,7%	25,8%
Japão	20,9%	28,1%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

No que concerne ao **Mercado Cambial**, o dólar terminou 2025 a depreciar cerca de 12% face ao euro, um comportamento influenciado pela perspetiva de estabilidade das taxas de juro de referência pelo Banco Central Europeu, em contraste com a descida dos juros diretores da Reserva Federal no final do ano, com a possibilidade de novos movimentos no mesmo sentido em 2026. De facto, a cotação da moeda norte-americana foi penalizada pela flexibilização da política monetária nos EUA, bem como por preocupações em torno do estatuto de independência do banco central, dada a pressão pública exercida pela Administração no sentido da descida dos juros diretores, num contexto em que se aguarda a nomeação do próximo presidente da autoridade monetária, uma vez que o mandato de Jerome Powell terminará em maio de 2026. Foi também relevante, neste plano, a pressão exercida pela Administração para a demissão de Lisa Cook do Conselho de Governadores da instituição. O dólar norte-americano refletiu o crescente sentimento de desconfiança dos investidores relativamente aos EUA enquanto destino seguro para aplicação das poupanças e investimento. Para além de beneficiar de um estatuto de refúgio face ao dólar, a moeda única foi também favorecida pela progressiva melhoria das perspetivas de crescimento económico da Área Euro, que, aliada à permanência da inflação em torno do objetivo de 2%, foi robustecendo a expectativa de manutenção das taxas diretoras por parte do BCE. Note-se, no entanto, que a cotação do euro foi pontualmente penalizada pela instabilidade política em França, que agravou receios quanto à evolução do défice orçamental e endividamento público.

A libra esterlina evidenciou um perfil similar ao do dólar norte-americano, em função da expectativa de descida dos juros diretores pelo Banco de Inglaterra. Por último, o iene depreciou de forma significativa



no ano, ao refletir a expectativa de redução do ritmo de subida da taxa de juro de referência pelo Banco do Japão, que se resumiu a dois aumentos, de +25 *p.b.*, em janeiro e dezembro.

Mercado Cambial (variações face ao euro)

	2024	2025
Dólar americano	6,6%	-11,9%
Iene	-4,4%	-11,5%
Libra	4,8%	-5,1%
Franco suíço	-1,2%	0,9%
Dólar canadiano	-1,8%	-7,6%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** evidenciou uma valorização significativa, impulsionada pelos segmentos de metais, em particular dos preciosos, num contexto de relativa solidez da economia global, conjuntamente com a depreciação do dólar e a expectativa de flexibilização da política monetária nos EUA. No âmbito dos metais preciosos, realce para a valorização de 65% do ouro, dada a escassez estrutural da oferta, a que acresce a forte procura como investimento diversificador, num contexto de reforço das reservas detidas por parte de bancos centrais e de instabilidade geopolítica. A cotação da prata exibiu um ganho ainda mais significativo, em virtude da sua importância para a transição energética na produção de veículos elétricos, painéis solares e semicondutores. Já o segmento de metais industriais avançou mais de 20%, sendo de destacar a subida do preço do cobre, superior a 40%, que reflete receios de escassez da matéria-prima. Em contraste, o compósito de energia denotou uma depreciação de cerca de 10%, motivada em grande medida pela queda do preço do petróleo, num quadro de excesso de oferta e de elevada incerteza quanto à evolução da atividade a nível global. O segmento agrícola apresentou uma desvalorização, embora relativamente ligeira, extensível à maioria dos constituintes, sendo de referir a descida mais acentuada da cotação do trigo e do açúcar, refletindo a expectativa de condições climatéricas favoráveis à produção.

Rendibilidades dos Mercados de Matérias-primas (em dólares)

	2024	2025
Global	5,4%	15,8%
Energia	1,2%	-10,4%
Metais industriais	3,5%	21,4%
Metais preciosos	25,3%	80,2%
Agricultura	-3,9%	-2,3%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

O ano de 2025 foi marcado por uma evolução positiva do mercado imobiliário global, apesar de um início caracterizado por níveis recorde de volatilidade, decorrentes da intensificação das tensões geopolíticas e do agravamento das políticas comerciais internacionais. Este contexto gerou cautela por parte dos investidores, adiando decisões e compromissos investimento. Ainda assim, a resiliência observada no final de 2024 prolongou-se em 2025, com os volumes globais de investimento imobiliário a superarem os volumes de 2024, mantendo a tendência positiva.

A recuperação sustentada após as tensões comerciais foi apoiada por um enquadramento macroeconómico mais estável, pela flexibilização da política monetária e pela redução gradual das taxas



de juro pelo Banco Central Europeu. Estes fatores contribuíram para melhorar as condições de financiamento e refinanciamento, impulsionando a atividade transacional e reforçando a confiança dos investidores. A valorização dos ativos iniciou uma trajetória positiva, com a componente capital a voltar a contribuir para os retornos totais, após dois anos de correção.

No mercado internacional, os EUA e a Europa registaram aumentos significativos nos volumes de investimento, com destaque para ativos core e segmentos alternativos, como hotelaria, residencial e retalho. Em Portugal, o mercado manteve uma dinâmica sólida e resiliente, destacando-se como destino preferencial para capital internacional, que continuou a representar parte significativa do volume investido. A procura por ativos *prime*, especialmente nos segmentos de hotelaria e residencial, reforçou o posicionamento do país no panorama europeu, suportada por fundamentos robustos e pela confiança na capacidade de geração de retornos consistentes. Apesar de um abrandamento temporário na atividade de arrendamento no primeiro trimestre do ano, o mercado recuperou rapidamente, evidenciando uma forte dinâmica, com os retornos imobiliários nacionais a permanecerem estáveis e atrativos face a outros mercados europeus.

As perspetivas para 2026 são positivas, sustentadas por cortes adicionais nas taxas de juro e pelo crescente interesse em ativos sustentáveis e diversificados. A integração de critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) consolidou-se como elemento central na estratégia dos investidores, não apenas por exigências regulatórias, mas como fator determinante para a preservação de valor e competitividade futura do setor.

4. PERSPETIVAS PARA 2026

À entrada do presente ano, a economia mundial continua a revelar uma significativa capacidade de adaptação às alterações de políticas, monetárias e fiscais, e do enquadramento geopolítico. Após um ciclo prolongado marcado por políticas monetárias restritivas e choques inflacionistas, o ambiente atual combina sinais de resiliência com desafios estruturais, capazes de transformar a dinâmica económica e financeira em diversas regiões do mundo. De entre estes fatores, destacam-se a inteligência artificial (IA), a fragmentação geopolítica e a transição energética, que se tornam cada vez mais forças determinantes para a produtividade, para os fluxos de capital e para a estabilidade financeira. Em 2026, o panorama internacional deverá permanecer marcado por conflitos, diplomáticos e militares, contribuindo para que a instabilidade e a incerteza, política e económica, permaneçam elevadas. Neste enquadramento o crescimento global deverá continuar resiliente desacelerando suavemente face ao ano anterior, mas com o ritmo de expansão económica a manter-se em torno da média das últimas décadas.

Nos EUA, o crescimento deverá refletir forças em sentidos opostos: estímulos fiscais e investimento privado (incluindo segmentos ligados à IA) a favorecerem a atividade, mas tarifas e menores entradas líquidas de imigração a aumentarem custos e a limitarem a oferta de trabalho. A inflação tenderá a descer gradualmente, mas com risco de permanecer acima da meta por efeitos de segunda ordem relacionados com pressões salariais em determinados setores. As expectativas apontam para arrefecimento do crescimento face a 2025, num patamar ainda relativamente sólido, com a política monetária a exibir um viés de acomodação prudente e a calibrar cortes adicionais consoante o abrandamento do mercado de trabalho.

Na Área Euro, 2026 deverá traduzir uma melhoria gradual, embora o crescimento permaneça abaixo do potencial. A política monetária mais acomodatória e a recuperação do rendimento real irão apoiar o consumo, embora exportações e investimento devam continuar condicionados por tarifas externas, incerteza regulatória e pela fraqueza estrutural de diversos segmentos da indústria. As projeções do FMI antecipam um crescimento modesto e inflação em convergência para a meta, com alguma dispersão entre Estados-Membros.



No Japão, reformas estruturais e o aumento da despesa pública continuam a sustentar a procura interna, num quadro de normalização monetária muito gradual. A política do banco central deverá permanecer contrária à dos restantes bancos centrais de economias avançadas, com agravamento das taxas de juro de referência, num contexto de inflação acima do objetivo, aumento dos salários e riscos externos relacionados com o impacto das tarifas na atividade das empresas que têm uma vertente mais exportadora.

Na China, o crescimento deverá voltar a descer em 2026, apesar dos suportes cíclicos introduzidos pelas autoridades em 2025. O país continuará a ressentir-se do ajuste no setor imobiliário, da elevada poupança das famílias e da deflação pontual em alguns segmentos, enquanto a procura acelera a transição para um modelo mais centrado no consumo e serviços. As projeções de analistas e do Fundo Monetário Internacional para 2026 apontam para expansão inferior à de 2025, com a política económica a equilibrar apoio fiscal/monetário e com reformas estruturais para mitigar riscos financeiros e melhorar a eficiência do investimento.

Quanto à política monetária, a “normalização” irá prosseguir, embora com assimetrias. Em 2026, a perspetiva é de cortes adicionais em várias economias avançadas, condicionados não só pela desinflação em curso (mesmo heterogénea), mas também pela necessidade de defender a sua credibilidade perante pressões políticas e riscos em baixa para a atividade, além de balanços fiscais mais frágeis, que podem limitar o espaço para acomodar choques. O balanço de riscos inclui surpresas inflacionistas (via tarifas, energia e salários) e variações abruptas dos preços dos ativos após um 2025 suportado por condições financeiras extremamente favoráveis.

No capítulo da geopolítica, 2026 deverá continuar marcado por fragmentação e competição estratégica, com impactos diretos e significativos na economia global e no comércio internacional. As tensões no Médio Oriente irão permanecer como um fator crítico, com riscos para os fluxos energéticos e para a estabilidade regional, enquanto o conflito Rússia-Ucrânia tende a prolongar-se, devendo gerar pressões pontuais sobre cadeias de abastecimento e mercados de matérias-primas. Já no Extremo Oriente, o antagonismo entre EUA e China deverá intensificar-se, centrado em tecnologia, semicondutores e IA, aumentando o risco de restrições comerciais e de reconfiguração das cadeias globais, enquanto na América Latina, a instabilidade política e a disputa por influência entre grandes potências condicionam acordos comerciais e investimentos estratégicos. Este contexto tende a reforçar a propensão para a regionalização das trocas e o investimento na indústria de defesa, embora possa contribuir para uma intensificação da volatilidade nos mercados financeiros, num cenário em que a segurança energética e tecnológica assume um papel cada vez mais central nas agendas governamentais.

No que se refere aos principais mercados financeiros, apesar dos desafios, o panorama descrito de abrandamento suave do crescimento da atividade, a par da gradual diminuição da inflação, bem como do carácter restritivo da política monetária, tende a favorecer o sentimento dos investidores. No entanto, fatores como a instabilidade geopolítica e a incerteza sobre a evolução da inflação, entre outros, poderão espoletar uma menor apetência dos intervenientes no mercado por ativos de maior risco.

Os mercados acionistas poderão ser beneficiados pela expectativa de uma política monetária da Fed menos restritiva, de algum desanuviamento das tensões acerca do comércio internacional, de políticas fiscais expansionistas e da robustez da economia global e dos resultados corporativos. Apesar das rendibilidades bastante positivas alcançadas desde 2023, a perspetiva é de valorização das ações, ainda que mais modesta que nos últimos dois anos. A evidência histórica demonstra que, em ambientes económicos em que não se verificou a ocorrência de uma recessão, a flexibilização da política monetária gerou, na grande maioria dos casos, desempenhos positivos em ações mesmo quando os múltiplos já eram anteriormente elevados. Em adição, as empresas podem procurar conter a pressão das tarifas nas margens via ajustes nas suas cadeias de suprimentos e ganhos de produtividade associados a novas tecnologias. Neste contexto, as métricas de valorização elevadas podem ser compensadas pela contínua robustez dos lucros e pelo ímpeto positivo que os cortes das taxas têm nos múltiplos. Os EUA continuam a liderar em termos de inovação e de crescimento dos resultados e, por outro lado, a Europa oferece



oportunidades em setores ligados à defesa, energia e infraestrutura, beneficiando de esforços de reindustrialização e estímulos fiscais. No Japão, as reformas de governança e programas de recompra de ações sustentam um ciclo positivo, enquanto os mercados emergentes, favorecidos por um dólar mais fraco e taxas de juro mais baixas, apresentam potencial significativo.

Ao nível da classe de obrigações, após um ciclo prolongado de aperto monetário, 2026 inicia com níveis de *yields* atingidos potencialmente favoráveis. Adicionalmente, o aumento da inclinação das curvas de rendimentos, resultante da queda das taxas curtas e da estabilização das longas, volta a gerar valor para as emissões com maturidades mais elevadas. No entanto, as questões relacionadas com a sustentabilidade das finanças públicas e as dúvidas acerca do efeito retardado das tarifas na inflação são suscetíveis de prejudicar a performance da dívida pública. No que respeita à dívida corporativa, o potencial é bastante limitado dada a relação entre fundamentais e prémios de risco, ainda que o crédito possa permanecer favorecido pela procura dos investidores por rendimento, perante o ambiente de taxas de juro diretas mais baixas nas principais economias comparativamente ao verificado no ano anterior.

O mercado cambial, em 2026, será novamente influenciado pelas políticas fiscais e comerciais implementadas pela administração norte-americana, bem como pelas crescentes preocupações quanto à independência do banco central e ao aumento do endividamento federal. Esta envolvimento, apesar da depreciação já registada pela moeda norte-americana no ano transato, deverá traduzir-se na manutenção da tendência de queda do dólar. Esta dinâmica, no curto prazo, poderá continuar a beneficiar o euro dada expectativa que o BCE, em contraposição à Fed nos EUA que se espera que ainda volte a reduzir as suas taxas diretas, mantenha os juros inalterados, e que o crescimento da Área Euro adquira algum ímpeto, em resultado do aumento do investimento público em defesa e infraestruturas.

5. GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL

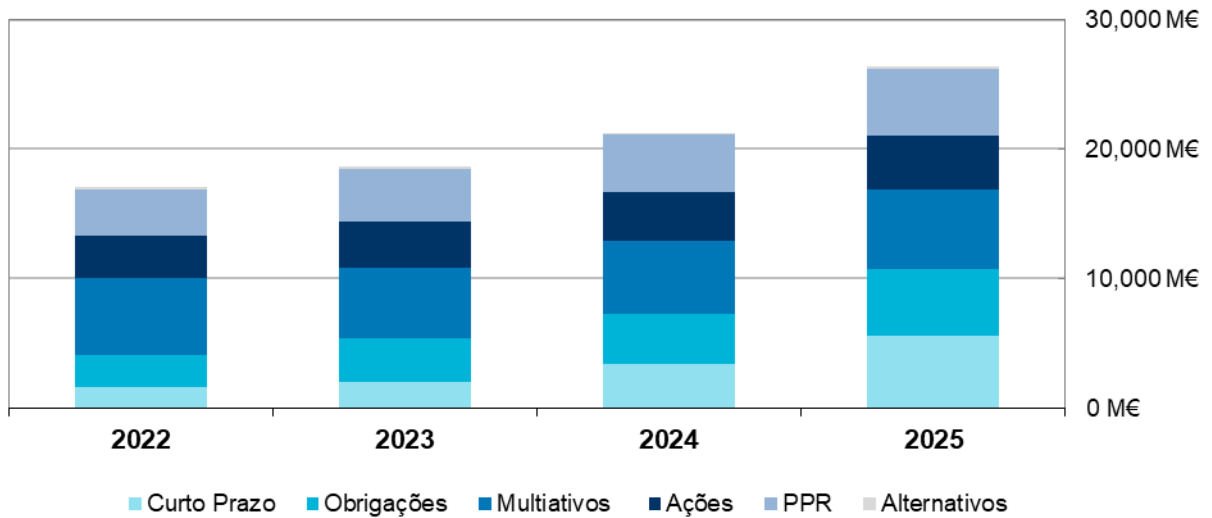
Fundos de Investimento Mobiliário

Em 2025, o mercado nacional de fundos de investimento mobiliário ascendeu a 26,3 mil milhões de euros, registando um aumento, em relação ao ano anterior, de 24,2%. O número de fundos em atividade aumentou, no decurso do ano, de 193 para 207 fundos.

No final do ano, as quatro maiores Sociedades Gestoras nacionais de fundos de investimento mobiliário concentravam 81,5% do mercado.

A Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. manteve a liderança de mercado, com uma distância para o 2º *player* superior a 6 pontos percentuais, registando uma quota, no final do ano, de 29,5% (7.783,2 milhões de euros). Esta evolução representa um crescimento dos montantes sob gestão de 916,5 milhões de euros e um decréscimo da quota de mercado de 2,8 pontos percentuais.

Por tipologia de fundos, no ano de 2025, todos os segmentos apresentaram crescimento dos montantes sob gestão.



A Caixa Gestão de Ativos tem assegurado a manutenção da liderança de mercado, em montantes sob gestão, nos segmentos de fundos nacionais de maior valor acrescentado, nomeadamente, ações e multiativos. Em 2025, a Caixa Gestão de Ativos mantém a liderança, em montantes sob gestão, nos Fundos de Obrigações, posição alcançada em 2024, através do lançamento de Fundos de Obrigações de maturidade definida.

No ano de 2025, a Caixa Gestão de Ativos continua a seguir esta tendência com o lançamento de Fundos deste subsegmento. A final de dezembro, a CXA já contava com 9 fundos desta tipologia num montante sob gestão de 927,3 milhões de euros.

Neste ano, para além do lançamento de Fundos de Obrigações de maturidade definida, o Caixa Obrigações Fevereiro 2028 e o Caixa Obrigações Agosto 2028, a CXA procedeu, também, à constituição de 2 novos Fundos no formato PPR que investem um mínimo de 85% do valor líquido global em ações: o Caixa Ações Líderes Globais PPR/OICVM e o Caixa Wealth Ações PPR/OICVM.

Fonte: APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - Valores provisórios a dezembro de 2025

Gestão discricionária de carteiras

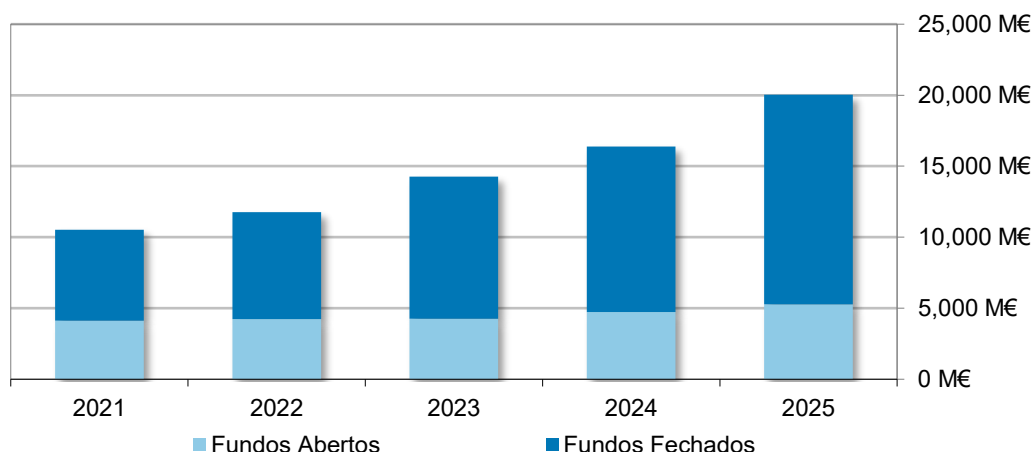
De acordo com o relatório estatístico da CMVM de setembro de 2025, o valor dos ativos sob gestão individual de carteiras em Portugal ascendia a 36.547,9 milhões de euros o que se traduz num acréscimo de 1.381,6 milhões de euros (3,9%), em relação ao final do ano de 2024.

Em setembro de 2025, a Caixa Gestão de Ativos mantinha a liderança deste segmento, com uma quota de mercado de 21,9%, correspondente a 7.991,2 milhões de euros de ativos sob gestão, distanciando-se da quota de 15,5% apresentada pelo segundo *player*.

Fonte: CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Estatísticas periódicas - Valores a 30 de setembro de 2025

Fundos de Investimento Imobiliário

Em 2025, o montante dos ativos sob gestão dos fundos de investimento imobiliário e dos fundos especiais de investimento imobiliário, em Portugal, ascendia a 20.028,5 milhões de euros (M€), o que traduz um crescimento de 22,2% em relação ao final de 2024 (3.642,7 M€).



Analisando a carteira dos fundos de investimento imobiliários e dos fundos especiais de investimento imobiliário no final de 2025, verifica-se que 99,8% dos ativos sob gestão encontram-se situados em países da União Europeia, sendo 74% em construções acabadas, 9,8% em terrenos e 15,9% em projetos de construção. Numa análise setorial, conclui-se que estes imóveis se enquadravam predominantemente no setor dos serviços (34,2%), em atividades comerciais (32,4%) e para fins habitacionais (16,7%).

No final de 2025, existiam 373 fundos imobiliários em atividade em Portugal, mais 76 do que no fim do ano 2024. As dez maiores gestoras concentravam 62,7% do mercado, registando a Caixa Gestão de Ativos uma quota de 3,85%.

Fonte:

CMVM Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - Estatísticas periódicas

Valores a 31 de dezembro de 2025

6. ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

Fundos de Investimento

A implementação de uma política protecionista por parte dos EUA, com o anúncio de tarifas recíprocas, em magnitude superior ao esperado pelo mercado, associada a conflitos geopolíticos, acentuaram o sentimento de incerteza junto dos investidores. Por outro lado, políticas monetárias diferenciadas, do BCE e do FED, e a desvalorização do dólar, fomentaram a procura por ativos com menor volatilidade e sem risco cambial, ainda que a performance dos mercados em 2025, tenha sido favorável para ativos de risco.

Neste cenário existiu uma procura por fundos de mercado monetário e fundos de obrigações, expostos ao mercado europeu.

A Caixa Gestão de Ativos lançou durante o ano de 2025, 3 fundos de obrigações com maturidade definida e taxa indicativa, fundiu 1 fundos de obrigações, complementou a oferta dos FIM PPR com um novo fundo de ações, dinamizou o fundo de obrigações de curto prazo e a oferta dos FIM PPR.

Ao longo de 2025 desenvolveu, em parceria com a CGD, um programa de literacia financeira direcionado aos Clientes, implementado em vários pontos do país, com o objetivo de contribuir para a melhoria do nível de conhecimento financeiro dos Clientes.

Face ao nível do sentimento de incerteza dos investidores, a atualização permanente da informação sobre o enquadramento macroeconómico, a visão de mercado, a explicação do comportamento das classes de ativos e o racional das fontes de valor para os Clientes, foram decisivos para a estratégia de crescimento



em 2025, e de permanente apoio pós-venda aos Clientes e ao canal de distribuição.

No âmbito do Aconselhamento Patrimonial, a Caixa Gestão de Ativos manteve uma oferta de obrigações de curto e médio prazo (B&H), direcionada para o segmento de particulares e empresas, o que permitiu a captação de novos Clientes.

milhões de euros

	dez-23	dez-24	dez-25	Varição 2025/2024
Fundos de Curto Prazo	221	356	901	153.3%
Fundos de Obrigações	830	1,225	1,404	14.6%
Fundos Multiativos	1,924	1,802	1,795	-0.4%
Fundos de Ações	2,482	2,437	2,489	2.1%
Fundos Alternativos	154	110	88	-19.7%
Fundos PPR	847	936	1,106	18.1%
Total	6,459	6,867	7,783	13.3%

Gestão Discricionária de Carteiras e Consultoria para Investimentos

Durante o ano de 2025, o volume sob gestão relativamente à Gestão Discricionária de Carteiras teve um decréscimo (-17,4%) e o valor da Consultoria para Investimentos registou uma diminuição muito significativa (-66,1%), pelo facto de ter terminado o contrato entre a Caixa Gestão de Ativos e a Fidelidade. No final do ano, o montante sobre gestão e aconselhamento na Caixa Gestão de Ativos era de 7.684 milhões de euros, sem o montante referente aos Fundos de Pensões.

milhões de euros

	dez-23	dez-24	dez-25	Varição 2025/2024
Gestão Discricionária*	7,866	7,595	7,103	-6.5%
Consultoria para Investimentos	1,999	1,711	580	-66.1%
Total	9,866	9,306	7,684	-17.4%

* O montante de Gestão Discricionária não inclui Fundos de Pensões

Fundos de Investimento Imobiliário

No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos totalizava 762 milhões de euros, incluindo o fundo imobiliário aberto Fundimo e 2 fundos fechados de subscrição particular.

milhões de euros

	dez-23	dez-24	dez-25	Varição 2025/2024
Fundo Fundimo	609	640	735	14.9%
Fundos Fechados	50	27	26	-1.9%
Total	659	667	762	14.2%

Em 2025, o Fundo Fundimo reafirmou a sua posição como um veículo de investimento sólido. A consistência dos resultados ao longo dos últimos anos decorre de uma abordagem cuidada e proativa,



que privilegia a qualidade dos ativos e a robustez das relações contratuais.

A estratégia do Fundo assenta numa gestão ativa e rigorosa, com especial enfoque na seleção de arrendatários com elevada qualidade creditícia e na implementação de mecanismos de mitigação de risco, como garantias associadas aos contratos. Esta política tem permitido manter níveis de incumprimento particularmente reduzidos, por parte dos Arrendatários, assegurando uma componente de rendimento sólida e fluxos de caixa altamente previsíveis.

A gestão da duração dos contratos e a proximidade com os arrendatários continuam a ser pilares fundamentais, garantindo estabilidade e antecipação de riscos. Paralelamente, o Fundo prosseguiu com a alienação de ativos não estratégicos, tornando a carteira mais eficiente e focada em ativos que melhor se enquadram no seu posicionamento.

O ano de 2025 foi marcado por um volume significativo de subscrições e fluxos de caixa consistentes, sustentados por uma taxa de ocupação ímpar. Este contexto contribuiu para uma maior acumulação de liquidez, reforçando a análise de novas oportunidades de investimento que fortaleçam a qualidade da carteira e promovam a sua diversificação, privilegiando segmentos com maior potencial de valorização.

As decisões de investimento incorporam cada vez mais critérios de sustentabilidade, integrando a variável ESG (*Environmental, Social and Governance*) como fator determinante na preservação de valor e na competitividade dos ativos geridos pelo Fundo. Esta orientação reflete não só uma resposta às exigências regulatórias, mas também uma visão estratégica que privilegia eficiência e responsabilidade.

Evolução Financeira

Em 2025, o Produto Bancário da Sociedade diminuiu para 32,8 milhões de euros, traduzindo uma redução de 5% face ao período homólogo. Esta evolução resulta essencialmente da contração da Margem Financeira, que totalizou 542 mil euros, menos 60% do que no ano anterior, e da diminuição das comissões líquidas dos Fundos de Investimento, que registaram uma quebra de 3%.

No mesmo período, os custos com o pessoal recuaram 1%, fixando-se em 7,07 milhões de euros. Em sentido inverso, os Gastos Gerais Administrativos aumentaram 6%, refletindo sobretudo o acréscimo de despesas com tecnologias, auditoria e comunicações.

A 31 de dezembro de 2025, o Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 15,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 6% relativamente ao ano anterior.

7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração tem como objetivo que a Sociedade mantenha o seu sistema de Controlo Interno, e o melhore para o tornar ainda mais adequado e eficaz na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos de Investimento.

O modelo das três linhas de defesa diferencia as responsabilidades de cada uma das áreas no controlo e gestão do risco a que a Caixa Gestão de Ativos se encontra exposta por via da sua atividade. Este distingue três grupos (linhas) envolvidos na gestão de risco: *i*) 1ª linha de defesa (gestão operacional); *ii*) 2ª linha de defesa (gestão de risco) e *iii*) 3ª linha de defesa (auditoria interna).

Um sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes Colaboradores da instituição, com o objetivo de garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade, através:

a) do cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização



eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos da instituição e na salvaguarda dos seus ativos;

b) Da adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição está ou pode vir a estar exposta;

c) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);

d) Da adoção de procedimentos contabilísticos sólidos;

c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de “*Compliance*”), incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações dos supervisores, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

Para atingir os seus objetivos, o Conselho de Administração tem implementado e mantido ao longo do tempo, um sistema de controlo interno com adequadas atividades de controlo, mecanismos de avaliação e monitorização do ambiente de controlo, que permitem assegurar um adequado sistema de controlo interno e contribuir para o efetivo desenvolvimento e consolidação de uma cultura de controlo interno, que permita uma gestão sã e prudente da instituição.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre em articulação com as estruturas da CGD, que garantem o cumprimento das melhores práticas de governação dentro de todo o Grupo CGD.

8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Como parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), a sociedade cumpre os princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, encontrando-se em vigor diversos normativos relativos a políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, de promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de valorização de recursos humanos e de responsabilidade económica e de salvaguardada da competitividade da empresa.

É objetivo da Caixa Gestão de Ativos constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), entendidos como a ponderação na tomada de decisões de investimento, de considerações de ordem ambiental, social e de governo societário (ESG – sigla em inglês de *Environmental, Social, and Governance*).

A estratégia de ISR delineada pela Caixa Gestão de Ativos está em linha com o Programa Corporativo de Sustentabilidade definido pela CGD, o qual ambiciona acompanhar as tendências e as melhores práticas internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável.

Alinhada com as melhores práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) na indústria de gestão de ativos, e como parte central da sua estratégia, a CXA tem progressivamente aderido a iniciativas internacionais, sendo signatária desde 2019 dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI - *Principles for Responsible Investment*) das Nações Unidas, iniciativa reconhecida globalmente como a mais relevante na indústria de gestão de ativos relativa à temática de sustentabilidade. Em 2022, a CXA aderiu à *Net Zero Asset Managers Initiative*, iniciativa global que congrega os esforços e comprometimento das sociedades gestoras de ativos internacionais signatárias com a descarbonização dos portfólios sob gestão, contribuindo desta forma para o objetivo de um nível de emissões de gases de



efeito de estufa líquido nulo até 2050, tendo publicado em dezembro de 2023, os seus compromissos iniciais de redução de emissões associados às carteiras geridas. A estratégia foi robustecida em 2024, com a adesão à *Climate Action 100+*, iniciativa internacional de investidores que privilegia o envolvimento direto com os emitentes que, à escala global, se destacam negativamente pelo nível de emissão de gases de efeito de estufa associado às suas atividades.

Tendo em conta a crescente relevância da temática da biodiversidade, a Sociedade Gestora aderiu em março de 2025, à iniciativa internacional Spring, que visa articular e alinhar esforços de gestoras de ativos a nível global no desenvolvimento de um diálogo estruturado com as Empresas em que investem. O objetivo central passa por promover a adoção das melhores práticas, contribuindo para travar e reverter a perda de florestas e a degradação do solo até 2030, reforçando, assim, o cumprimento dos objetivos globais com impactos positivos ao nível do clima, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável,

A Sociedade Gestora acredita que faz parte do seu dever fiduciário disponibilizar soluções de investimento que incorporem fatores ESG, para melhor gerir o risco das mesmas, procurar potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo, enquanto robustece o seu perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário, e salvaguardar preocupações com o desenvolvimento sustentável que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.

No âmbito da estratégia de Sustentabilidade definida, a Sociedade Gestora utiliza uma metodologia de rating interna denominada Rating de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, que consolida diferentes abordagens/metodologias de análise em função da classe de ativos subjacente, garantindo desta forma uma cobertura transversal no que se refere à sustentabilidade das classes de ativos geridas pela Sociedade Gestora.

Neste contexto, em 2025 a Caixa Gestão de Ativos reforçou a sua ambição de consolidar a realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, continuando a centrar a sua atuação em três vetores principais: 1) Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais; 2) envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão; e 3) Envolvimento com as Empresas que se enquadrem no universo potencial de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (*Engagement*).

A evolução no presente ano ficou marcada, por um lado, pela consolidação do posicionamento da Sociedade Gestora, e por outro, pelo aumento da ambição em termos de compromissos com a sustentabilidade, e pela primeira participação direta em iniciativas de envolvimento internacional, uma das quais incidindo sobre a vertente ambiental e a outra em torno da temática da biodiversidade.

Em paralelo com a continuação do programa de formação das suas Equipas em torno da temática da sustentabilidade, em 2025, a Caixa Gestão de Ativos não só atualizou, as suas Políticas de Investimento Socialmente Responsável, de Envolvimento e de Exercício de Direitos de Voto e a Declaração de Diligência Devida da Sociedade, como autonomizou a sua Política de integração de Riscos de Sustentabilidade, iniciativas que, deram visibilidade ao aumento do nível de ambição e exigência considerada na gestão das carteiras. Estes normativos enquadram a abordagem de investimento sustentável da Caixa Gestão de Ativos.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos no Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

Decorrente da aplicação de tais Critérios, a Sociedade Gestora observará, no processo de investimento dos fundos sob gestão, uma proporção mínima de investimentos sustentáveis alinhados com os objetivos ambientais quando aplicável, de acordo com o Regulamento da Taxonomia (UE).



Na informação pré-contratual de cada produto poderá ser consultado se, e em que medida, o fundo de investimento promove características ambientais ou sociais ou tem como objetivo a realização de investimentos socialmente responsáveis.

Tendo em conta o contexto descrito, a CXA, na prossecução da estratégia de integração de fatores ESG nos seus investimentos, gere com referência a dezembro de 2025, um montante de ativos sob gestão de fundos de investimento que promovem características sociais e/ou ambientais e que cumprem com os pressupostos da Política ISR da Caixa Gestão de Ativos, permitindo a classificação dos Fundos como Artigo 8º de acordo com o Regulamento SFDR^[1], que representam 85% do total dos ativos sob gestão dos seus fundos de investimentos mobiliários em paralelo com um montante de ativos que totalizam 2,0% do total de ativos sob gestão em Fundos classificados como Artigo 9.º do supracitado Regulamento SFDR.

A sociedade disponibiliza, no sítio da internet www.caixagestaodeativos.pt, informação específica em matéria de Sustentabilidade, num separador próprio criado para o efeito.

9. PRINCIPAIS RISCOS

O processo de gestão de risco engloba quatro fases: Identificação, Avaliação, Monitorização e Mitigação, estando a sua implementação dependente da categoria e natureza dos riscos.

Na identificação dos riscos materiais a que a Sociedade se encontra exposta, a Caixa Gestão de Ativos considera o risco de *compliance*, o risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o risco operacional, os riscos cibernéticos e de tecnologia de informação, o risco de estratégia e negócio, o risco reputacional, o risco de governo interno, o risco climático e ambiental e o risco de dados como os mais importantes, sendo aqueles que poderão afetar significativamente a situação financeira da Caixa Gestão de Ativos.

- Risco de Compliance: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes de violações ou não conformidade com leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que possam resultar em penalizações legais, restrição de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou incapacidade de aplicar obrigações contratuais

- Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes do não cumprimento ou conformidade com leis, regulamentos, determinações supervisivas, e/ou práticas instituídas relativas à atividade de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que permitam, nomeadamente, que os produtos, serviços ou operações sejam utilizados para dissimular a origem ilícita dos recursos ou para financiar atividades terroristas.

- Risco Operacional: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos subcontratados, processos internos ineficazes de tomada de decisão, recursos humanos insuficientes ou inadequados ou inoperabilidade da infraestrutura.

- Riscos Cibernéticos e de Tecnologia de Informação: Risco de impactos negativos nos resultados ou no

^[1] Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, designado por *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR)



capital, resultantes de tecnologia desajustada/defeituosa ou da contratação de serviços TIC considerados críticos para a Instituição que possa comprometer a disponibilidade, continuidade, integridade, acessibilidade e segurança de infraestruturas.

- **Risco de Estratégia e Negócio:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objetivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário.

- **Risco Reputacional:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante da perceção adversa da imagem da instituição financeira por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores ou pela opinião pública em geral devido a ações da própria instituição ou dos seus colaboradores.

- **Risco de Governo Interno:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da estrutura governativa e organizacional e correspondentes linhas de responsabilidade, dos processos de identificação, gestão, monitorização e reporte de todos os riscos e da estrutura de governo interno da Instituição.

- **Risco Climático e Ambiental:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de alterações climáticas e degradação ambiental que afetem sistemas (naturais e humanos) e regiões. Estes fenómenos climáticos e ambientais são também considerados fontes de alterações estruturais que afetam a atividade económica.

- **Risco de Dados:** Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de incorreta ou incompleta recolha, qualidade e agregação de dados, que afetem a sua qualidade, assim como o *reporting* dos mesmos.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., no valor de 15,186,622.01 euros (quinze milhões, cento e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois, e um cêntimo), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a Reserva Legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas – e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os Clientes;
- A todos os Clientes dos Fundos de Investimento e das Carteiras geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos Colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados.



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

Lisboa, 27 de fevereiro de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		31,970,267	37,698,847
Depósitos à ordem	4	4,970,267	3,698,847
Depósitos a prazo	4	27,000,000	34,000,000
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		116,986	115,271
Títulos de dívida	5	116,986	115,271
Ativos tangíveis		932,551	1,238,599
Ativos fixos tangíveis	6	932,551	1,238,599
Ativos intangíveis		77,880	46,240
Outros ativos intangíveis	7	77,880	46,240
Ativos por impostos		332,560	390,188
Ativos por impostos correntes	9	29,636	-
Ativos por impostos diferidos	9	302,924	390,188
Outros ativos	8	24,441,138	25,287,728
Total do Ativo		57,871,383	64,776,873
PASSIVO			
Provisões		577,927	627,830
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	19	499,522	531,135
Outras provisões	19	78,405	96,695
Passivos por impostos		-	5,468,457
Passivos por impostos correntes	9	-	5,468,457
Outros passivos	10	16,131,597	16,697,921
Passivos Totais		16,709,524	22,794,208
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital		9,300,000	9,300,000
Capital realizado	11	9,300,000	9,300,000
Prémios de emissão	11	195,192	195,192
Outro rendimento integral acumulado		23	(1,893)
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	12	23	(1,893)
Outras reservas		16,480,023	16,400,047
Outros	12	16,480,023	16,400,047
Resultado líquido do exercício	12	15,186,621	16,089,318
Capital Próprio Total		41,161,859	41,982,664
Capital Próprio Total e Passivos Totais		57,871,383	64,776,873

O anexo faz parte integrante do balanço findo em 31 de dezembro de 2025.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
Rendimentos de juros	13	592,910	1,423,774
Encargos de juros	13	(50,940)	(52,237)
MARGEM FINANCEIRA		541,970	1,371,537
Rendimentos de taxas e comissões	14	33,312,562	34,243,233
Encargos de taxas e comissões	14	(2,700,097)	(2,821,239)
Ganhos ou perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	469	293
Diferenças cambiais (valor líquido)		332	749
Outros rendimentos operacionais	15	1,794,321	1,672,594
Outras despesas operacionais	15	(172,066)	(95,471)
PRODUTO BANCÁRIO		32,777,491	34,371,696
Encargos administrativos			
Encargos com pessoal	16	(7,066,017)	(7,155,393)
Outros encargos administrativos	18	(5,032,542)	(4,759,816)
Depreciações	6 e 7	(344,080)	(312,658)
Provisões e reversão de provisões	19	49,903	129,258
Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros	8	-	(288,004)
LUCROS OU PREJÚZOS ANTES DE IMPOSTO		20,384,755	21,985,083
Impostos			
<i>Correntes</i>	9	(5,111,171)	(5,950,057)
<i>Diferidos</i>	9	(86,963)	54,292
		(5,198,134)	(5,895,765)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15,186,621	16,089,318
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL			
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos/(perdas) de avaliação imputados ao capital próprio		2,216	1,072
Efeito fiscal	9	(301)	(450)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Desvios atuariais e financeiros			
Ganhos/(perdas) imputados ao capital próprio	17	79,976	(122,386)
Efeito fiscal	9	-	-
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO		15,268,512	15,967,554
Número médio de ações ordinárias emitidas		1,860,000	1,860,000
Resultado líquido por ação		8.16	8.65
Número médio de ações ordinárias emitidas		1,860,000	1,860,000
Resultado integral por ação		8.21	8.58

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Outro rendimento integral acumulado	Lucros retidos	Outras reservas				Resultado líquido do exercício	Total
						Reserva Legal	Reservas Livres	Outras reservas	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9,300,000	195,192	(2,515)	-	9,300,000	6,752,535	469,898	16,522,433	16,027,243	42,042,353
Aplicação do resultado do exercício anterior											
Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(16,027,243)	(16,027,243)
Rendimento integral do exercício											
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 e 9	-	-	622	-	-	-	-	-	-	622
Desvios atuariais	9 e 17	-	-	-	-	-	-	(122,386)	(122,386)	-	(122,386)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	16,089,318	16,089,318
Saldos em 31 de dezembro de 2024		9,300,000	195,192	(1,893)	-	9,300,000	6,752,535	347,512	16,400,047	16,089,318	41,982,664
Aplicação do resultado do exercício anterior											
Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(16,089,318)	(16,089,318)
Rendimento integral do exercício											
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 e 9	-	-	1,916	-	-	-	-	-	-	1,916
Desvios atuariais	9 e 17	-	-	-	-	-	-	79,976	79,976	-	79,976
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	15,186,621	15,186,621
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9,300,000	195,192	23	-	9,300,000	6,752,535	427,488	16,480,023	15,186,621	41,161,859

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio de 31 de dezembro de 2025.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de fundos de investimento e de clientes de gestão discricionária		37,379,608	38,139,941
Pagamentos de comissões de comercialização e de depositário		(3,024,166)	(3,019,868)
Pagamentos a fornecedores		(3,782,702)	(3,208,898)
Pagamentos a fornecedores de locação financeira		(53,286)	(36,434)
Pagamentos ao pessoal		(7,260,685)	(6,958,268)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(2,768,659)	(6,959,079)
Fluxos gerados pelas operações		20,490,110	17,957,394
Pagamento de impostos sobre o rendimento		(10,609,264)	(9,686,300)
Fluxos das atividades operacionais		<u>9,880,845</u>	<u>8,271,093</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		618,994	1,568,909
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		(0)	(39,066)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		-	-
Fluxos das atividades de investimento		<u>618,994</u>	<u>1,529,843</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos provenientes de:			
Juros e custos similares		(0)	(133)
Juros e custos similares de locação financeira		(42,684)	(25,069)
Amortização de contratos de locação financeira		(96,417)	(59,414)
Dividendos	12	(16,089,318)	(16,027,243)
Fluxos das atividades de financiamento		<u>(16,228,419)</u>	<u>(16,111,859)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes:		(5,728,580)	(6,310,922)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		37,698,847	44,009,769
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	31,970,267	37,698,847

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., anteriormente denominada de Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixa Gestão de Ativos”), foi constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1990. A Sociedade, com sede na Av. João XXI em Lisboa, tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário e imobiliários, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa àqueles ativos.

No âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019, com efeitos a 1 de janeiro de 2019, concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos de investimento mobiliário e imobiliários, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 20.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. Consequentemente, a gestão da Caixa Gestão de Ativos é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 22.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho).

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, expressas em euros, não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Informação sobre as políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados pelo justo valor. O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”. No momento da venda, ou



caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões

Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliários e imobiliários. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de gestão discricionária de carteiras

A comissão pela gestão discricionária e individualizada de carteiras é cobrada aos clientes com periodicidade trimestral ou anual e é calculada com base no valor das carteiras de ativos geridas, apurado no final de cada mês ou através do respetivo valor médio diário, não existindo garantia de rendimentos mínimos por parte da Caixa Gestão de Ativos, nos termos contratuais; e, ainda, numa nova oferta de gestão discricionária de carteiras, o comissionamento ocorre no momento do investimento efetuado pelo cliente

Estas comissões são registadas na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de aconselhamento

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus Clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de performance

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras e de gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

Comissões de consultoria

Destinam-se a remunerar a Sociedade pela prestação de serviços diversos, nomeadamente em matéria de aconselhamento na área imobiliária e prestações de serviços diversos conexos e correspondem a uma taxa fixa anual sobre o valor líquido global dos fundos imobiliários ou fundos de pensões com valores imobiliários, e um valor fixo mensal, relativamente aos serviços prestados. As comissões são cobradas trimestralmente e registadas na rubrica “Outros Rendimentos Operacionais” da demonstração dos resultados (Nota 15).



Comissões de research

Custos com estudos de investimento, indispensáveis à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da Sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. Estes custos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras sob gestão, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas (Nota 15).

c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos fixos tangíveis utilizados pela Caixa Gestão de Ativos para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício na rubrica “Outros encargos administrativos”.

As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8
Equipamento de transporte	4

d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixa Gestão de Ativos. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos Colaboradores

A Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de conceder aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os Colaboradores da Caixa Gestão de Ativos, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Para cobertura das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, a Sociedade subscreve unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo, anteriormente denominado Caixa Reforma Ativa.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das



responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “*Projected Unit Credit*” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 111,23% e 103,15% respetivamente (Nota 17).

Adoção da versão revista da IAS 19

A sociedade reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral), no âmbito da IAS 19.

Adicionalmente, a Sociedade regista na rubrica de “Encargos com o pessoal” da demonstração dos resultados os seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes; e
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma e sobrevivência (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades no início do período (Nota 17).

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de reservas (Outro rendimento integral).

Adicionalmente existe o Plano de Pensões Caixagest – Caixa Gestão de Ativos financiado através da Adesão Coletiva nº 2 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo, da Adesão Coletiva nº 1 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma e da adesão coletiva nº 1 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Rendimento e consubstancia-se num Plano de Contribuição Definida, contributivo, independente da Segurança Social, tendo como objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade).

O Contrato de Adesão Coletiva prevê a possibilidade de criação, em cada adesão coletiva que financia o presente Plano, uma conta designada residual destinada a nela serem creditados todos os montantes que não devam ser creditados na contas individuais de cada participante, designadamente, valores resultantes de transferência de saldos do Associado em outros fundos de pensões ou outros veículos de financiamentos de plano de pensões, saldos das contas dos Participantes sobre os quais não cheguem a constituir se direitos adquiridos.

O financiamento do Plano de Pensões fica a cargo do Associado, podendo também os Participantes que tenham vínculo laboral com o mesmo realizar, voluntariamente, contribuições a



seu próprio favor. O Associado efetuará contribuições periódicas mensais e postecipadas. O Associado, poderá ainda sempre que considere conveniente, realizar contribuições extraordinárias ocasionais.

Outros benefícios de longo prazo - a Caixa Gestão de Ativos tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, como sejam as responsabilidades com reformas antecipadas.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados, conforme disposições do IAS 19 – “Benefícios dos empregados” relativamente à natureza dos benefícios identificados.

f) Impostos

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 20% no exercício de 2025 e a uma taxa de 21% em 2024.

Os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no apuramento do imposto fosse 21,5% e em 2024, fosse de 22,5%.

A Sociedade está sujeita ainda a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, e de 9%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuadas pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira com a Caixa Geral de Depósitos, S.A.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é o correspondente ao prazo de reporte do prejuízo fiscal, se superior. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2022 a 2025. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estima que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.



Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registradas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e desvios atuariais.

g) Locações

A IFRS 16 – Locações estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

A IFRS 16 introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspetiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos, exceto quando estes apresentem um prazo inferior a doze meses ou em que o ativo subjacente tenha um valor residual.

Para efeitos de transição, a Sociedade aplicou a metodologia retrospectiva modificada aplicando com referência a 1 de janeiro de 2019, tendo optado também por aplicar o expediente prático permitido pela norma de não reavaliar, à data da transição, se um contrato é, ou contém uma locação, tendo em conta a nova definição, sendo que aplica a IFRS 16 aos contratos que tenham sido previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

Genericamente, os prazos da locação coincidem com os prazos estabelecidos nos respetivos contratos.

h) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas, ou nos casos em que estas deixem de se observar.

i) Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros

A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9.

Estas perdas por imparidade encontram-se registadas a deduzir à rubrica “Outros ativos”.

j) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

k) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”.

l) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
 - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da mesma. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e/ou da *Bloomberg*;
 - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
 - iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “*bid*” do contribuidor “CBBT” divulgado pela *Bloomberg*. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a *Bloomberg*; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “*bid*” divulgadas pelos contribuidores de entre a *pool* de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
 - iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
 - v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
 - vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
 - vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e
 - viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta



de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

m) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.

2.3. Alterações de políticas contabilísticas

2.3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025, a Sociedade não procedeu à alteração voluntária da política contabilística.

2.3.2 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Alterações à IAS 21 – Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade

Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.

A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.

Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados.

Esta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Caixa Gestão de Ativos.

2.3.3 Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Estas alterações resultam essencialmente do projeto de revisão da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (*Post Implementation Review* – PIR IFRS 9) e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros:



- Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação", ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contábilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrônico, antes da data de liquidação, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições.
- Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes.
- Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Contudo, uma entidade não é obrigada a reexpressar o período comparativo, sendo os potenciais impactos da aplicação desta alteração reconhecidos em resultados transitados no exercício em que a alteração é aplicável.

Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes.

As principais alterações incluídas neste volume referem-se:

- IFRS 1 (*Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS*): Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro*, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c).
- IFRS 9 (*Desreconhecimento de passivos de locação*): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento.

As alterações são efetivas para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela **Caixa Gestão de Ativos** no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contábilísticas supra descritas, é necessário a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores, na determinação dos impostos sobre lucros e na determinação das perdas por imparidade.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas (nota 2.2 e).



A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9 (nota 2.2 i)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais (nota 2.2 f)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta rubrica tem o seguinte detalhe:

	2025	2024
Depósitos à ordem	4,970,267	3,698,847
Depósitos a prazo	27,000,000	34,000,000
	<u>31,970,267</u>	<u>37,698,847</u>

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se domiciliados da CGD, um depósito a prazo no valor de 27.000.000, o qual vence juros à taxa anual de 1,80%, e vence no dia 3 de janeiro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2024, encontram-se domiciliados na CGD, 2 depósitos a prazo no valor de 30.000.000 e 4.000.000 euros que vencem juros à taxa anual de 2,80%. Os depósitos a prazo têm vencimento em janeiro de 2025.

5. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública									
PGB 0.7% 10/2027	119,656	99.72%	97.62%	119,319	(475)	(2,034)	116,809	177	116,986
				<u>119,319</u>	<u>(475)</u>	<u>(2,034)</u>	<u>116,809</u>	<u>177</u>	<u>116,986</u>



	2024								
	Valor		Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço	
	Quantidade	Valor médio de aquisição							Valor de mercado
Títulos de dívida pública									
PGB 0.7% 10/2027	119,656	99.72%	96.19%	119,319	(945)	(3,280)	115,095	177	115,271
				119,319	(945)	(3,280)	115,095	177	115,271

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a um ganho de 469 euros e a uma perda de 293 euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a Obrigações do Tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dadas em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas “Extrapatrimoniais”. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis foi o seguinte:

	2025							
	Saldos em 31.12.2024			Alienações e abates			Valor	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Valor bruto	Depreciações	Regulizações	Depreciações do exercício	líquido em 31.12.2025
<u>Outros ativos tangíveis</u>								
Mobiliário e material	2,735	(2,735)	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	226,020	(226,020)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	7,760	(7,760)	-	(4,324)	4,324	-	-	-
Equipamento de transmissão	959	(959)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira								
Imóvel Campus XXI	591,534	(207,268)	8,931	-	-	-	(220,770)	172,427
Equipamento de transporte	925,604	(71,271)	-	-	-	-	(94,210)	760,124
	1,754,612	(516,013)	8,931	(4,324)	4,324	-	(314,979)	932,551

	2024							
	Saldos em 31.12.2023			Alienações e abates			Valor	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Valor bruto	Depreciações	Regulizações	Depreciações do exercício	líquido em 31.12.2024
<u>Outros ativos tangíveis</u>								
Mobiliário e material	2,735	(2,735)	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	226,020	(226,020)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	7,760	(7,760)	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transmissão	959	(959)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira								
Imóvel Campus XXI	-	-	591,534	-	-	-	(207,268)	384,266
Equipamento de transporte	482,951	(90,169)	787,513	(344,860)	93,231	-	(74,333)	854,333
	720,425	(327,643)	1,379,047	(344,860)	93,231	-	(281,602)	1,238,599



O equipamento de transporte constante na conta de Ativos Tangíveis refere-se ao direito de uso adquirido de veículos, em resultado da aplicação da IFRS 16.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, existiam 19 contratos de aluguer de longa duração (ALD) de veículos.

A partir de 2024, o aluguer do espaço no Edifício, foi contabilizado de acordo com a IFRS 16 - Locações, tendo sido reconhecido no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos. O ativo iniciou a sua amortização no dia 1 de janeiro de 2024, e manter-se-á pelo período de vigência do contrato.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de intangíveis foi o seguinte:

	2025					Valor líquido em 31.12.2025
	Saldos em 31.12.2024		Aquisições	Transfe-rências	Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas				
<u>Ativos intangíveis</u>						
Software	3,466,939	(3,420,699)	14,020	-	(29,100)	31,159
Ativos intangíveis em curso (software)	-	-	46,721	-	-	46,721
	<u>3,466,939</u>	<u>(3,420,699)</u>	<u>60,741</u>	<u>-</u>	<u>(29,100)</u>	<u>77,880</u>

	2024				Valor líquido em 31.12.2024
	Saldos em 31.12.2023		Aquisições	Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas			
<u>Ativos intangíveis</u>					
Software	3,411,529	(3,389,643)	55,410	(31,056)	46,240
Ativos intangíveis em curso (software)	-	-	-	-	-
	<u>3,411,529</u>	<u>(3,389,643)</u>	<u>55,410</u>	<u>(31,056)</u>	<u>46,240</u>

Em 2025, a Caixa Gestão de Ativos adquiriu as licenças de acesso à aplicação corporativa “*Smart Governance*”,

O *Smart Governance* é uma plataforma corporativa destinada à gestão integrada e digital dos órgãos de governação da Caixa Gestão de Ativos. Esta solução permite centralizar processos de aprovação, organizar reuniões formais, gerir documentação associada e assegurar a rastreabilidade das decisões, reforçando a conformidade com as melhores práticas de governação.

Em 2024, foi adquirido software para a plataforma SGAF referente à conversão dos FIM Caixa *Wealth* para PPR.



8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Devedores e outras aplicações vencidas		
Fundos de investimento imobiliários		
Fundo Promovest	1,834,279	1,834,279
Fundo Golden Eagle	1,337,970	1,337,970
FII Maia Imo	-	-
FII Imoplanus	-	-
Adiantamentos a pessoal	3,440	2,405
CGD	83,545	174,272
IVA a recuperar	171,613	141,928
Imobilizações financeiras - FCT	40,342	39,371
Floresta Atlântica, SA	-	-
CGD Pensões, SA	13,537	12,953
Caixa Capital	8,859	9,638
Carteiras discricionárias	32,819	8,037
Restituição de imposto retido	2,689,286	2,643,267
Gab Ministério Finanças	-	2,158
Gab Sec Tesouro	-	-
	<u>6,215,691</u>	<u>6,206,278</u>
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão discricionária	7,581,508	8,089,184
Comissões de gestão a receber dos fundos		
Comissão de gestão fixa - FIM	1,982,599	1,917,206
Comissões de performance - FIM	120,972	268,438
Comissão de gestão variável - FIM	478,068	206,973
Comissão de gestão fixa - FII	163,619	148,906
Comissões de aconselhamento	343	160,964
Comissões de performance garantida	26	-
Outros serviços - Research	232,532	232,506
Outros serviços - CGD - DPB	4,583	4,583
Outras comissões - CGD-DGR	3,090	6,491
Comissões a receber por consultoria imobiliária		
CGD Pensões	27,000	27,000
	<u>10,594,340</u>	<u>11,062,250</u>



Despesas com encargos diferidos		
Despesas com informação	187,908	162,229
Despesas informáticas	44,298	23,544
Outras despesas	29,590	9,203
Seguros	48	45
	<u>261,845</u>	<u>195,020</u>
Depósitos bancários		
Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados	8,551,066	8,672,868
Contas escrow	821,619	821,619
Juros a receber	39,150	65,234
	<u>9,411,835</u>	<u>9,559,721</u>
Património artístico	<u>45,049</u>	<u>45,049</u>
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota17)	<u>104,870</u>	<u>31,572</u>
Outros	<u>993,725</u>	<u>1,374,056</u>
	<u>27,627,355</u>	<u>28,473,946</u>
Imparidades para devedores e outras aplicações	<u>(3,186,219)</u>	<u>(3,186,219)</u>
	<u>24,441,138</u>	<u>25,287,728</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Devedores e outras aplicações vencidas – Fundos de investimento imobiliário” refere-se a comissões em dívida e a pagamentos efetuados pela Sociedade por conta de fundos sob a sua gestão. Face à reduzida expectativa de recebimento, encontra-se registada uma imparidade do total dos valores da dívida dos fundos imobiliários Promovest e Golden Eagle.

Em 2025 e 2024, a rubrica “Restituição de imposto retido” refere-se essencialmente ao montante devolvido aos participantes dos Fundos de Investimento Imobiliário Gaia Douro e Maia Imo, aquando da liquidação dos Fundos, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º do EBF, na redação que vigorou até 30 de junho de 2015, em virtude de o Participante estar dispensado da entrega da declaração de rendimentos Modelo 22 de IRC.

A rubrica “Rendimentos a receber - Comissões de gestão discricionária” corresponde às comissões a receber pela Sociedade no primeiro trimestre de 2026 e 2025, relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Rendimentos a receber - Comissões de gestão a receber dos fundos” corresponde às comissões de gestão a receber dos fundos mobiliários e imobiliários, relativas ao mês de dezembro de cada ano. Estas comissões foram recebidas pela Sociedade na sua totalidade em janeiro de 2025 e 2024, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, houve lugar ao apuramento de Comissão de performance e de Comissão de gestão variável de acordo com a nota 2.2 b), as quais foram recebidas na totalidade em janeiro de 2026 e 2025.

Em 2025, o saldo de “Outros” no valor de 933.725 euros refere-se ao valor de Imposto de Selo -Verba 29 dos Fundos de Investimento do último trimestre do ano, a pagar pela Sociedade Gestora em janeiro do ano seguinte. O valor devolvido ao participante do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo foi transferido para a rubrica “Restituição de imposto retido”, pelo facto de já ter sido solicitado o reembolso do imposto.

Em 2024, o saldo de “Outros” no valor de 1.374.056 refere-se ao valor de Imposto de Selo -Verba 29 dos Fundos de Investimento do último trimestre do ano, a pagar pela Sociedade Gestora em janeiro do ano



seguinte, e ainda ao valor devolvido ao participante na sequência da liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo, visto o participante estar dispensado da entrega da declaração de rendimentos Modelo 22 de IRC.

A rubrica “Depósitos Bancários – Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados” diz respeito a valores cativos para fazer face às responsabilidades contingentes apuradas aquando da liquidação de Fundos de Investimento Imobiliários, conforme apresentado na decomposição dos Outros Passivos (ver Nota 10).

A rubrica Depósitos Bancários - Contas *Escrow* respeita a disponibilidades decorrentes da liquidação dos “Fundos Postais” que se encontram “cativas” para fazer aos resgates dos detentores das unidades de participação.

A rubrica Depósitos Bancários – Juros a receber diz respeito à remuneração dos depósitos a prazo.

No exercício de 2025 e 2024, a rubrica de Imparidades apresenta a seguinte evolução:

	2025			
	Saldos em 31.12.2024	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2025
Imparidade para devedores	3,186,219	2,158	(2,158)	3,186,219
	<u>3,186,219</u>	<u>2,158</u>	<u>(2,158)</u>	<u>3,186,219</u>

	2024			
	Saldos em 31.12.2023	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2024
Imparidade para devedores	2,898,216	310,755	(22,751)	3,186,219
	<u>2,898,216</u>	<u>310,755</u>	<u>(22,751)</u>	<u>3,186,219</u>

Em 2024, foi constituída uma imparidade para o Fundo Promovest, a qual tinha sido anulada em 2021 e 2022, pelo facto de terem sido recebidos valores referentes a rateios parciais realizados.

No entanto, por decisão do Tribunal da Relação de Lisboa, referente à graduação dos créditos, a Caixa Gestão de Ativos teve de proceder à devolução do valor pago, e como tal, voltou a constituir a respetiva imparidade.

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Impostos” da demonstração dos resultados tem a seguinte composição:



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

	2025	2024
Impostos correntes		
Estimativa de imposto a pagar	5,134,242	5,869,509
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuarias	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	5,134,242	5,869,509
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	(23,071)	80,548
	<u>5,111,171</u>	<u>5,950,057</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	86,963	(54,292)
	<u>5,198,134</u>	<u>5,895,765</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de 80.548 euros, corresponde à correção do valor da reclassificação para a demonstração do outro rendimento integral do efeito fiscal produzido no imposto corrente do exercício resultante da tributação da variação patrimonial associada aos desvios atuarias registados na rubrica de “Outras reservas”, e à correção do apuramento do IRC de 2022, no mesmo montante.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser demonstrada como se segue:

	2025		2024	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>20,384,755</u>		<u>21,985,083</u>
Imposto apurado com base taxa normal	21.50%	4,382,722	22.50%	4,946,644
Custos não aceites	-0.31%	(63,650)	0.04%	8,894
Provisões não aceites (líquido)	-0.06%	(11,254)	-0.13%	(29,083)
Imparidades (líquido)	0.00%	464	0.00%	852
Derrama estadual	3.95%	806,152	4.09%	899,240
Tributação autónoma	0.11%	23,134	0.21%	46,187
Impostos diferidos	0.43%	86,963	-0.25%	(54,292)
Outros (líquido)	-0.13%	(26,398)	0.35%	77,323
	<u>25.50%</u>	<u>5,198,134</u>	<u>26.82%</u>	<u>5,895,765</u>

Os ativos e passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como seguem:

	2025	2024
Impostos correntes		
Estimativa de impostos correntes do exercício	5,134,242	5,869,509
Pagamentos adicionais por conta e pagamentos por conta	(5,163,878)	(5,289,558)
Apuramento de impostos do exercício anterior	-	4,888,507
	<u>(29,636)</u>	<u>5,468,458</u>

No exercício de 2025, o cálculo do IRC resultou num montante de imposto a recuperar no valor de 29.636 euros.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2022 a 2025 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é



previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os impostos diferidos ativos referem-se essencialmente a provisões para benefícios a colaboradores e outros. De seguida apresenta-se a variação ocorrida nesta rubrica:

	<u>Valor</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	336,346
Reforço (Dedução) 2024	54,292
Reforço (Dedução) 2024 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	(450)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	390,188
Reforço (Dedução) 2025	(86,963)
Reforço (Dedução) 2025 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	(301)
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	<u>302,924</u>

A variação do imposto inerente resultou com referência a 31 de dezembro de 2024, a um saldo de imposto diferido ativo de 738 euros e a 31 de dezembro de 2025 a um saldo de imposto diferido ativo de 437 euros:

	2023		Reversões		2024		Reversões		2025	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Varição do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral	(5,281)	(1,188)	2,002	450	(3,279)	(738)	1,245	301	(2,034)	(437)
	<u>(5,281)</u>	<u>(1,188)</u>	<u>2,002</u>	<u>450</u>	<u>(3,279)</u>	<u>(738)</u>	<u>1,245</u>	<u>301</u>	<u>(2,034)</u>	<u>(437)</u>

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:



	2025	2024
Encargos a pagar		
Encargos com pessoal	1,569,638	1,566,183
Pré - reforma	826,129	1,198,986
Comissões de depósito a pagar à CGD	1,171,086	1,254,825
Por gastos gerais administrativos		
Rendas e gastos comuns	-	17,978
CGD - Campux XXI	-	(83,923)
Seguros Fidelidade	77,600	52,098
Informações	81,996	59,775
Auditoria	67,770	65,477
Informática	413,301	358,847
Research	31,389	24,527
Consultoria CGD Pensões	9,860	9,864
Taxa de majoração	42,447	45,120
Contingências fiscais	6,772	7,000
Outros	54,362	58,902
	<u>4,352,350</u>	<u>4,635,659</u>
Credores e outros recursos		
Fornecedores		
Locação operacional	939,028	1,255,465
CGD	104,571	118,203
Outros	42,217	58,533
	<u>1,085,816</u>	<u>1,432,200</u>
Credores		
Setor Público Administrativo		
Retenção de impostos	1,064,557	989,094
Segurança Social	122,737	126,044
Contribuições para Fundos de Pensões	19,319	5,792
IVA a pagar	-	-
Outros	-	763
	<u>1,206,613</u>	<u>1,121,693</u>
Receitas com Rendimento Diferido		
Outras Receitas com Rendimento Diferido		
Comissões de Gestão - B&H	92,335	8,296
	<u>92,335</u>	<u>8,296</u>
Outras exigibilidades		
Fundos Imobiliários	8,549,996	8,676,079
Fundos Mobiliários - <i>Depósito Escrow</i>	821,619	821,619
Postal Capitalização - <i>Depósito Escrow</i>	763,412	763,412
Postal Tesouraria - <i>Depósito Escrow</i>	30,035	30,035
Postal Ações - <i>Depósito Escrow</i>	28,172	28,172
Outros	22,867	2,374
	<u>9,394,483</u>	<u>9,500,072</u>
	<u>16,131,597</u>	<u>16,697,921</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar à CGD” corresponde à comissão a pagar à CGD relativamente ao segundo semestre de 2025 e 2024,



respetivamente, sendo que aquela entidade atua como banco depositário das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

A rubrica “Encargos com Pessoal” refere-se aos valores estimados de férias e subsídios de férias, com os respetivos descontos para a Segurança Social, bem como valores de prémios a liquidar.

Em 2025 e 2024, a rubrica “Informática” refere-se ao valor a pagar à CGD no âmbito do contrato referente aos custos anuais de IT.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica a “Credores CGD”, diz respeito, sobretudo, a cedências de colaboradores da Caixa Geral de Depósitos à Caixa Gestão de Ativos.

Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a IFRS 16 - Locações que veio substituir a IAS 17 - Locações e que estabeleceu novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação, reconhecimento e mensuração de locações. A Caixa Gestão de Ativos aplicou os princípios preconizados nesta norma retrospectivamente com os impactos da transição a serem reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. No que respeita à demonstração dos resultados, a adoção da IFRS 16 originou alterações nas rubricas de amortizações do exercício, outros gastos operacionais e margem financeira.

A Caixa Gestão de Ativos ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16 reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação.

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica Locação Operacional, corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional, por maturidade são os seguintes:

	2025		2024	
	Imóveis	Viaturas	Imóveis	Viaturas
Até 1 ano	172,427	39,084	-	1,191
Entre 1 ano e 5 anos	-	727,516	384,266	870,008
Mais de 5 anos	-	-	-	-
	<u>172,427</u>	<u>766,600</u>	<u>384,266</u>	<u>871,199</u>

A rubrica “Outras Exigibilidades” refere-se sobretudo a valores que se encontram sob custódia da Caixa Gestão de Ativos na sequência da liquidação de Fundos de investimento, e que abrangem:

- Valores relativos a passivos contingentes de Fundos de Investimento Imobiliário para fazer face a despesas exigíveis, assim como valores relativos a proveitos posteriores à sua liquidação (devoluções de IMI), e que serão devolvidos aos participantes.



Fundos Liquidados	Data da liquidação	Valor Retido	Variação	Valores em euros
				Valor atual
Caixa Imobiliário	21-11-2019	3,562,384	-169,514	3,392,870
Caixa Arrendamento	21-11-2019	3,391,077	-444,499	2,946,578
Imorochoa	22-10-2021	699,292	-7,292	692,000
Gaia Douro	30-07-2024	746,295	-47,605	698,690
Cidades de Portugal	25-05-2020	481,873	-45,015	436,858
Imomar	29-03-2021	580,264	-348,825	231,439
Multinvest	28-12-2022	125,685	-41,232	84,453
Maia Imo	20-12-2024	53,827	2,273	56,100
Porto Douro	17-12-2021	85,295	-79,600	5,695
Fundicapital	14-11-2019	158,727	-154,965	3,762
Turifundo	23-10-2019	32,182	-30,630	1,552
		9,916,902	(1,366,905)	8,549,996

- b) Valores relativos aos participantes dos Fundos de Investimento Mobiliário “Postal”, aos quais não foi possível realizar o pagamento do produto da liquidação correspondente às suas unidades de participação na data da liquidação. Para este efeito, a Caixa Gestão de Ativos celebrou contratos de “Depósito Escrow” com a CGD, com a abertura de contas que apenas poderão ser movimentadas a débito para pagamento individualizado aos participantes do Fundo indicados nos referidos contratos, mediante solicitação desse pagamento pelo participante e contra a entrega da respetiva declaração de quitação devidamente assinada.

Fundos Liquidados	Data da liquidação	Valor Retido	Variação	Valor atual
Postal Capitalização	12-12-2017	951,554	-188,142	763,412
Postal Tesouraria	08-10-2014	175,424	-145,389	30,035
Postal Ações	03-05-2016	115,098	-86,926	28,172
		1,242,076	(420,457)	821,619

11. CAPITAL REALIZADO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente, pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

Conforme referido na Nota Introdutória, no âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019 concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., entretanto renomeada para Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. Tendo em conta que o capital social de ambas as Sociedades Participantes é detido integralmente pela CGD, não houve lugar a troca de participações sociais, mantendo-se a CGD como acionista única da Sociedade Incorporante em resultado da fusão.

O património aportado pela Fundger à Caixa Gestão de Ativos foi integralmente alocado a uma reserva de fusão, distribuída à CGD, através de dividendos, durante o ano de 2020.



12. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL, LUCROS RETIDOS, OUTRAS RESERVAS, E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025	2024
Reservas de reavaliação		
Variação do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral (nota 5 e 9)	(1,597)	(2,541)
Imobilizações financeiras	1,619	648
	<u>23</u>	<u>(1,893)</u>
Reserva legal	9,300,000	9,300,000
Reservas livres	6,752,535	6,752,535
Outras reservas		
Ganhos (perdas) atuariais e financeiros	(69,221)	(149,197)
Impacto fiscal dos desvios atuariais e financeiros	-	-
Outras	496,709	496,709
	<u>16,480,023</u>	<u>16,400,047</u>
Resultado líquido do exercício	<u>15,186,621</u>	<u>16,089,318</u>
	<u>31,666,666</u>	<u>32,487,472</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, no nº 1 do artigo 295º; a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 5% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação de resultados

Por Deliberação Unânime por Escrito do acionista único da Caixa Gestão de Ativos, datada de 31 de março de 2025, foi aprovada a aplicação do resultado do exercício de 2024, no valor de 16.089.318,30 euros, em dividendos.

13. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE JUROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

	2025	2024
Rendimentos de juros		
Juros de ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de outro rendimento integral	838	766
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 22)	592,072	1,418,198
Outros	-	4,810
	<u>592,910</u>	<u>1,423,774</u>
Encargos de juros		
Juros de locação financeira		
Viaturas	(38,663)	(31,386)
Imóveis	(12,276)	(20,850)
Outros	-	(0)
	<u>(50,940)</u>	<u>(52,236)</u>
	<u>541,970</u>	<u>1,371,537</u>

14. RENDIMENTOS/ENCARGOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Rendimentos de serviços e comissões tem a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos de taxas e comissões		
Fundos de Investimento Mobiliários		
Comissão de gestão fixa	22,307,761	22,405,753
Comissão de gestão de performance	120,972	268,438
Comissão de gestão variável	478,068	206,973
	<u>22,906,801</u>	<u>22,881,165</u>
Fundos de Investimento Imobiliários		
Comissão de gestão fixa - Fundo Aberto	1,695,998	1,588,612
Comissão de gestão fixa - Fundo Fechados	144,182	223,720
	<u>1,840,180</u>	<u>1,812,332</u>
	<u>24,746,981</u>	<u>24,693,497</u>
Gestão discricionária de carteiras		
Comissão de gestão fixa	8,425,225	8,809,777
Comissão de aconselhamento	140,330	736,921
Comissão de performance	26	3,039
	<u>8,565,581</u>	<u>9,549,737</u>
	<u>33,312,562</u>	<u>34,243,233</u>

A rubrica de Comissão de gestão fixa dos Fundos Mobiliários e do Fundo Imobiliário Aberto resulta da comissão de gestão definida nos Regulamentos de Gestão dos Fundos, a qual é repartida pela entidade gestora e pela entidade comercializadora. Desta forma, a Sociedade recebe diretamente dos Fundos apenas a parte correspondente à gestão dos mesmos, tendo deixando de liquidar à entidade comercializadora (CGD) as comissões de comercialização, uma vez que estas são pagas diretamente dos Fundos.



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica de Encargos com taxas e comissões tem a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Encargos de taxas e comissões		
Comissões de depósito - CGD	(2,374,933)	(2,491,313)
Comissões de pagamentos de dividendos	(2,866)	(2,838)
Comissões de acompanhamento/gestão	-	-
Comissão de manutenção de conta	-	(312)
Taxa de supervisão		
Carteiras de património sob gestão	(300,000)	(300,000)
Taxa de majoração	(18,750)	(18,750)
Outras taxas CMVM	-	(300)
Outros	(3,549)	(7,726)
	<u>(2,700,097)</u>	<u>(2,821,239)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Comissões de depósito” corresponde, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

15. RENDIMENTOS E ENCARGOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outros encargos operacionais		
Quotizações e donativos	(52,334)	(55,552)
Rendas de locação operacional		
Equipamento de transporte	(40,208)	(37,141)
Contribuições-Sistema de Indemnização aos Investidores	(2,500)	(2,500)
Risco operacional	(78,789)	(92)
Perdas Ativos Não Financeiros	-	-
Outras	(119)	(187)
	<u>(172,066)</u>	<u>(95,471)</u>
Outros rendimentos operacionais		
Cedências	1,362,567	1,290,056
Research	223,519	232,506
Consultoria	118,000	100,750
Seleção de preços - CGD	36,629	33,564
Outros	53,606	15,719
	<u>1,794,321</u>	<u>1,672,594</u>
	<u>1,622,255</u>	<u>1,577,123</u>



Em 2025 e em 2024, a Caixa Gestão de Ativos imputou custos de *research* aos Fundos de Investimento Mobiliários, sob a sua gestão, conforme limites previstos e divulgados nos Relatórios de Gestão de cada Fundo, e à CGD Pensões no âmbito da prestação do serviço aos fundos por esta geridos.

16. ENCARGOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Nota	2025	2024
Salários e vencimentos			
Empregados			
Remunerações		5,207,412	5,216,790
Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)		-	31,158
Contribuições para o Fundo de Pensões			
Plano de contribuição definida	17	81,161	77,287
Plano de benefícios definidos	17	6,677	(1,414)
Órgãos de administração e fiscalização			
Remunerações	22	453,709	452,112
Plano de contribuição definida	17	5,194	5,144
		<u>5,754,152</u>	<u>5,781,077</u>
Encargos sociais			
Segurança social e Fundo de compen. do trabalho		1,080,546	1,122,245
Outros		9,875	28,840
		<u>1,090,421</u>	<u>1,151,084</u>
Outros custos com o pessoal			
Encargos sociais facultativos		217,330	203,790
Outros		4,114	19,442
		<u>221,444</u>	<u>223,232</u>
		<u>7,066,017</u>	<u>7,155,393</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número de colaboradores foi 104. Este número não inclui os Colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Outros encargos administrativos”.

Em 2024, saíram 2 colaboradores ao abrigo do programa de Plano de Pré-reformas, e 1 colaborador, por Rescisão por Mútuo Acordo, cujo valor de indemnização se encontra apresentado na rubrica “Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)”.

17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2.e), a Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:



	2025	2024
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento das pensões	2.00%	2.00%
Taxa de crescimento salarial futura (1)	1.4%	1.4%
Indexante de Apoios Sociais - Decreto-Lei nº187/2007	537.13	522.50
Taxa de desconto	3.50%	3.25%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma	DL nº167-E/2013	DL nº167-E/2013
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Caracterização da população		
Nº de participantes	6	6
Idade média (anos)	58,11	57.11
Antiguidade média (anos)	32,31	31.31
Salário médio anual (euros)	52,595	52,031
Folha anual de salários(euros)	315,569	312,184
Beneficiários reformados		
Nº de pessoas	2	2
Idade média (anos)	68,74	67.74
Pensões totais anuais (euros)	26,624	25,995

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem Habitação (IPC), acrescido de meio ponto percentual.
- (ii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem Habitação (IPC) em 2%;
- (iii) Assumiu-se que 40% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 60% à idade normal de reforma;
- (iv) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos;
- (v) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.



As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de dezembro de 2025 e 2024, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2025	2024
Responsabilidades por serviços passados do pessoal		
Saldos iniciais	1,001,163	828,131
Custo do serviço corrente	7,461	6,972
Custo do juro	32,132	36,746
Pagamento de pensões de reforma	(26,624)	(25,995)
(Ganhos)/Perdas atuariais por alterações de pressupostos	(30,358)	158,677
(Ganhos)/Perdas atuariais por desvios entre pressupostos e os valores efetivamente verificados	(50,007)	(3,369)
Saldos finais	933,767	1,001,163
Valor patrimonial das unidades de participação afetas ao Plano de Pensões "Caixa Reforma Ativa"		
Saldos iniciais	1,032,735	1,021,459
Contribuições	-	-
Rendimento dos ativos do Fundo	32,916	45,132
Pagamento de pensões de reforma	(26,624)	(25,995)
Ganhos/(Perdas) financeiros	(389)	(7,861)
Saldos finais	1,038,637	1,032,735
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 8)	104,870	31,572

O movimento ocorrido nos desvios atuariais e financeiros nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	Nota	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12	(23,404)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2024		(155,308)
Ganhos/(perdas) financeiros de 2024		(7,861)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12	(186,573)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2025		80,365
Ganhos/(perdas) financeiros de 2025		(389)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12	(106,597)



Nos últimos cinco exercícios, as responsabilidades por serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respetivos ativos alocados à sua cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	2025	2024	2023	2022	2021
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
Ativos	511,479	561,213	449,504	423,989	616,234
Reformados	422,288	439,950	378,627	389,169	465,222
	<u>933,767</u>	<u>1,001,163</u>	<u>828,131</u>	<u>813,157</u>	<u>1,081,456</u>
Cobertura das responsabilidades:					
Valor patrimonial do Fundo	<u>1,038,637</u>	<u>1,032,735</u>	<u>1,021,772</u>	<u>990,117</u>	<u>1,089,353</u>
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo de pensões:	104,870	31,572	193,641	176,960	7,897
Nível de financiamento	111.23%	103.15%	123.38%	121.76%	100.73%

O custo/proveito com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser detalhados como se segue (Nota 16):

	2025	2024
Custos do serviço corrente	7,461	6,972
Custo/(Proveito) líquido de juros com o plano de pensões	<u>(784)</u>	<u>(8,386)</u>
	<u>6,677</u>	<u>(1,414)</u>

A política de investimentos do Fundo de Pensões regula-se por regras de rendibilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos. Aquela política, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define mínimos e máximos de exposição a cada classe de ativos e índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do Fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os ativos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquelas datas conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados da Sociedade:

	2025		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	3.50%	3.25%	3.75%
Taxa de crescimento salarial	1.40%	1.40%	1.40%
Taxa de crescimento de pensões	2.00%	2.00%	2.00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	<u>933,767</u>	<u>964,125</u>	<u>904,893</u>
Impacto		<u>30,358</u>	<u>(28,875)</u>



	2024		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	3,25%	3.00%	3,5%
Taxa de crescimento salarial	1.40%	1.40%	1.40%
Taxa de crescimento de pensões	2.00%	2.00%	2.00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	1,001,162	1,035,519	968,548
Impacto		34,357	(32,615)

Adicionalmente a Sociedade, também designada por “Associado”, subscreveu Adesões Coletivas ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Defensivo, ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Moderado e ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento, que financiam um Plano de Pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, contributivo e independente da Segurança Social.

O Plano tem como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade). Cumulativamente, e sobre os valores resultantes das contribuições dos participantes, os benefícios podem ser acedidos nas situações de pré-reforma, reforma antecipada, desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho e doença grave.

De acordo com o estipulado no Plano de Pensões, o acesso aos benefícios apenas será possível quando for atribuída ao trabalhador uma pensão ao abrigo do regime de previdência que lhe seja aplicável, e será realizado em função do tipo de contribuições efetuadas, podendo estas ser da empresa ou do participante. Assim, relativamente às contribuições efetuadas pela Sociedade: (i) o pagamento dos benefícios pode ser feito através da aquisição de um seguro renda imediata celebrado em nome e por conta do Beneficiário a adquirir junto de uma seguradora; (ii) sem prejuízo da opção enunciada anteriormente, as mesmas contribuições podem ser ainda remidas em capital até ao máximo de um terço do valor seu saldo valor de conta de participante (caso não seja possível assegurar o pagamento de uma pensão cuja prestação mensal seja superior à décima parte da retribuição mínima mensal garantida para a generalidade dos trabalhadores em vigor à data da remição então a remição é efetuada pela totalidade dos montantes existentes resultantes de contribuições da empresa).

Adicionalmente, e caso seja legal e fiscalmente possível, (iii) poderão solicitar a transferência do seu saldo de conta de participante resultante de entregas da empresa para um fundo de pensões aberto de adesão individual, sem encargos e desde que se mantenham as condições estabelecidas no Plano de Pensões inicial, ficando o pagamento do benefício assegurado até ao limite da capacidade financeira da conta individual do Beneficiário.

No que diz respeito ao pagamento dos benefícios resultante das contribuições do participante, esse pode ser efetuado sob a forma de pensão, capital ou qualquer combinação destas formas, bem como transferência para uma adesão individual, nos termos definidos em (iii) consoante a manifestação de vontade do beneficiário.

O Plano abrange os trabalhadores efetivos da Sociedade e os ex-trabalhadores efetivos que tenham completado, em data posterior à da constituição do plano, um mínimo de dez ou três anos consecutivos ao serviço da Sociedade, consoante a cessação da relação laboral tenha ocorrido até 31 de julho de 2020, inclusive, ou após esta data, contados a partir da data da respetiva admissão.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.



O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: $2\% \times \text{Soma das remunerações mensais desse trimestre}$.

O Associado poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

A Sociedade reconheceu como gastos no exercício de 2025 e 2024 contribuições para os colaboradores de 81,161 euros e 77,287 euros e para os órgãos de administração 5,194 euros e 5,143 euros respetivamente. (Nota 16)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	Nº de unidades de participação		Valor de mercado	
	2025	2024	2025	2024
Fundo Caixa Reforma Moderado	123,782	117,227	919,988	821,820
Fundo Caixa Reforma Defensivo	56,256	52,782	823,395	748,702
Fundo Caixa Reforma Rendimento	30,999	30,969	197,246	191,909
	<u>211,037</u>	<u>200,978</u>	<u>1,940,630</u>	<u>1,762,431</u>

A composição das carteiras dos fundos acima identificados assenta, sobretudo, numa política de investimento moderada, sendo os fundos compostos maioritariamente por obrigações.

18. OUTROS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

	2025	2024
Serviços especializados		
Informações	1,954,312	1,920,549
Informática	1,090,307	945,147
Consultores e auditores	152,539	144,439
Assistência Jurídica	39,531	43,241
Outros	11,780	6,400
Cedências de pessoal		
CGD	1,310,256	1,313,568
CGD Pensões	70,883	63,762
Caixa Imobiliário	53,589	46,488
Caixa Serviços Partilhados	37,097	35,105
Caixa Banco Investimento	-	1,140
Rendas e alugueres		
Rendas e alugueres	39,555	18,135
Comparticipação nas despesas do edifício	83,075	63,152
Outros serviços		
Deslocações e estadas	35,821	24,598
Publicidade	28,559	32,561
Despesas de formação	41,641	43,385
Comunicação e despesas de expediente	50,568	13,060
Outros	33,030	45,087
	<u>5,032,542</u>	<u>4,759,816</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Cedências de pessoal” corresponde aos custos suportados com a cedência de pessoal com a CGD e com as empresas do Grupo CGD.

19. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de “Provisões”, no exercício de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025			
	Saldos em 31.12.2024	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2025
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	531,135	971	(32,584)	499,522
Outras provisões	96,695	2,431	(20,721)	78,405
	<u>627,830</u>	<u>3,402</u>	<u>(53,305)</u>	<u>577,927</u>



	2024			
	Saldos em 31.12.2023	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2024
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	355,926	269,076	(93,867)	531,135
Outras provisões	401,162	2,501	(306,968)	96,695
	<u>757,088</u>	<u>271,577</u>	<u>(400,835)</u>	<u>627,830</u>

A provisão para pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego, foi constituída no âmbito do Programa de Pré-Reforma do Grupo CGD.

Em 2025, procedeu-se à reversão da provisão no valor de 32.584 euros referente à atualização da provisão para PPR, e ainda, foi revertida a provisão, relacionada com a anulação da provisão constituída para cobrir eventuais coimas, no valor de 20.721 euros.

Em 2024, procedeu-se à reversão da provisão no valor de 93.867 euros referente à saída de 2 colaboradores para a situação de Pré-Reforma, para o qual tinha sido constituída provisão. A dotação de 269.076 euros reflete o ajuste anual da provisão para 2024.

Em 2024, ainda se procedeu à reversão da provisão constituída em 2023, no valor de 306.968 euros para fazer face à apresentação de recurso da Sentença de Graduação de Créditos proferida no processo de Insolvência do FIIF Promovest. Em 2024 foi efetuada a reversão da provisão, pois o Tribunal da Relação corrigiu a qualificação do crédito da Fundger/ CXA, determinando que a totalidade do crédito tem natureza subordinada, com a conseqüente devolução do valor recebido.

20. ATIVOS GERIDOS

Conforme referido na Nota Introdutória, a atividade da Sociedade consiste na administração, gestão e representação de Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários. Adicionalmente, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o volume sob gestão relativo aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

	Valor Global Líquido do Fundo	
	2025	2024
Fundos Mobiliários		
Caixa Ações Líderes Globais	2,299,990,173	2,308,350,015
Caixa Seleção Global Moderado	1,043,260,337	1,052,658,140
Caixa Disponível	901,128,014	355,778,837
Caixa Seleção Global Arrojado	342,264,256	325,216,147
Caixa Seleção Global Defensivo	289,729,858	320,751,182
Caixa Moderado PPR / OICVM	296,821,346	297,996,594
Caixa Wealth Moderado PPR / OICVM	316,395,790	246,305,260
Caixa Obrigações Novembro 2028 (antes Caixa Obrigações 2025)	189,027,158	213,542,522
Caixagest Obrigações	195,938,271	158,072,851
Caixa Wealth Defensivo PPR / OICVM	177,679,283	155,669,415
Caixa Obrigações 2026	127,825,914	128,442,010
Caixa Arrojado PPR / OICVM	129,129,820	123,273,859
Caixa Obrigações Globais	181,427,977	119,497,849
Caixa Obrigações Outubro 2025	-	115,281,002
Caixa Obrigações Agosto 2028 (1)	113,936,004	-
Caixa Obrigações 2026 II	113,215,668	112,578,441
Caixa Obrigações Janeiro 2026	107,885,972	107,744,721
Caixa Investimento Socialmente Responsável	113,173,198	100,721,382
Caixa Defensivo PPR / OICVM	92,692,254	95,478,917
Caixa Obrigações Fevereiro 2028 (1)	90,325,422	-
Caixa Obrigações 2026 III	80,431,647	81,605,464
Caixagest Obrigações Mais	65,747,970	60,619,402
Caixa Ações EUA	75,722,410	59,152,313
Caixa Obrigações Rendimento Anual 2026	57,336,645	58,253,047
Caixa Ações Líderes Globais PPR OICVM (1)	52,669,383	-
Caixa Obrigações Rendimento Anual 2026 - 2ª Serie	47,338,295	47,560,657
Caixagest Infraestruturas	25,772,834	39,091,054
Caixa Private Equity	32,796,977	35,987,264
Caixagest Imobiliário Internacional	24,382,020	29,637,075
Caixa Acções Europa Socialmente Responsável	41,722,708	28,189,171
Caixa Ações Portugal Espanha	47,080,807	22,148,939
Caixa Wealth Arrojado PPR / OICVM	27,111,981	17,562,295
Caixagest Oportunidades	21,885,805	7,855,284
Caixa Ações Oriente	14,862,609	12,398,139
Caixa Wealth Ações PPR (1)	13,068,500	-
Caixa Obrigações Longo Prazo	12,037,387	14,105,583
Caixagest Acções Emergentes	9,569,975	7,083,584
Caixa Investimento Valores Católicos	6,686,924	3,041,680
Caixagest Energias Renováveis	5,128,662	5,009,976
	<u>7,783,200,251</u>	<u>6,866,660,069</u>

(1) Fundos constituídos em 2025



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o volume sob gestão relativo aos Fundos de Investimento Imobiliários geridos pela Sociedade pode ser resumido como se segue:

	2025	2024
Fundos Imobiliários		
Fundimo	735,088,988	639,854,107
Fundolis	17,919,120	18,558,747
Crescendis	8,571,265	8,452,269
	<u>761,579,373</u>	<u>666,865,123</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade prestava serviços de administração e gestão de carteiras, sendo o total de ativos geridos de 8.588.847.289 euros e de 10.082.198.960 euros, respetivamente.

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2025, dos 38 fundos de investimento mobiliários e dos 3 fundos de investimento imobiliários acima mencionados foram examinados por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 18 fevereiro de 2026.

Os Relatórios de Auditoria dos Fundos denominados Fundo Caixa *Private Equity* - Fundo de Investimento Alternativo Aberto em Valores Mobiliários e Caixagest Energias Renováveis- Fundo de investimento Alternativo Mobiliário Aberto incluem reservas por limitação de âmbito em relação à (i) indisponibilidade de relatório de auditoria de um Fundo, sobre o qual existe um investimento relevante; (ii) inexistência de informação financeira atualizada que permita concluir sobre a existência de eventuais perdas por imparidade, respetivamente. É nossa expectativa que as situações identificadas nos relatórios de auditoria dos fundos sob nossa gestão não tenham impactos materialmente relevantes na continuidade das operações dos Fundos e nas demonstrações financeiras da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A..

21. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)

A Sociedade detém na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” Obrigações do Tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. m), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 20), conforme regras determinadas pelo próprio SII.



22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

	Nota	2025						Total
		CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Caixa Imobiliário	
Ativo								
Disponibilidades	4	4,970,267	-	-	-	-	-	4,970,267
Deposito a prazo	4	27,000,000	-	-	-	-	-	27,000,000
Outros ativos	8	9,503,054	100,152	8,859	-	-	-	9,612,065
		<u>41,473,321</u>	<u>100,152</u>	<u>8,859</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>41,582,332</u>
Passivo								
Outros passivos	10	(1,630,240)	(14,795)	-	(2,967)	-	(4,638)	(1,652,640)
		<u>(1,630,240)</u>	<u>(14,795)</u>	<u>-</u>	<u>(2,967)</u>	<u>-</u>	<u>(4,638)</u>	<u>(1,652,640)</u>
Gastos e perdas								
Juros e custos similares	13	(12,276)	-	-	-	-	-	(12,276)
Comissões	14	(2,379,979)	(36)	-	-	-	-	(2,380,015)
Outros encargos administrativos	16 e 18	(1,740,325)	(108,115)	-	(37,097)	(5,030)	(53,589)	(1,944,156)
Amortizações do exercício	6	(220,770)	-	-	-	-	-	(220,770)
Rendimentos e ganhos								
Juros e rendimentos similares	13	592,072	-	-	-	-	-	592,072
Comissões	14	48,829	142,197	-	-	-	-	191,026
Outros rendimentos operacionais	15	1,033,530	301,323	134,598	-	17,996	-	1,487,447
		<u>(2,678,919)</u>	<u>335,369</u>	<u>134,598</u>	<u>(37,097)</u>	<u>12,966</u>	<u>(53,589)</u>	<u>(2,286,672)</u>
2024								
	Nota	CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Caixa Imobiliário	Total
Ativo								
Disponibilidades	4	3,698,847	-	-	-	-	-	3,698,847
Deposito a prazo	4	34,000,000	-	-	-	-	-	34,000,000
Outros ativos	8	9,745,067	112,869	9,638	-	-	-	9,867,575
		<u>47,443,914</u>	<u>112,869</u>	<u>9,638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47,566,421</u>
Passivo								
Outros passivos	10	(1,682,777)	(14,076)	-	(2,585)	-	(3,816)	(1,703,253)
		<u>(1,682,777)</u>	<u>(14,076)</u>	<u>-</u>	<u>(2,585)</u>	<u>-</u>	<u>(3,816)</u>	<u>(1,703,253)</u>
Gastos e perdas								
Juros e custos similares	13	(20,850)	-	-	-	-	-	(20,850)
Comissões	14	(2,496,220)	(47)	-	-	-	-	(2,496,267)
Outros encargos administrativos	16 e 18	(1,658,380)	(100,839)	-	(35,105)	(6,054)	(46,488)	(1,846,866)
Amortizações do exercício	6	(207,268)	-	-	-	-	-	(207,268)
Rendimentos e ganhos								
Juros e rendimentos similares	13	1,418,198	-	-	-	-	-	1,418,198
Comissões	14	43,017	141,332	-	-	-	-	184,349
Outros rendimentos operacionais	15	993,086	271,483	129,510	-	4,750	-	1,398,829
		<u>(1,928,418)</u>	<u>311,929</u>	<u>129,510</u>	<u>(35,105)</u>	<u>(1,304)</u>	<u>(46,488)</u>	<u>(1,569,876)</u>



Órgãos de gestão

No exercício de 2025 e 2024, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

A 31 de dezembro de 2025:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração		Ex/ NEx (3)	Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Empresa pagadora	(2)		
2023/2025	PRESIDENTE	ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	DUE	01-09-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	2 (*)
2023/2025	ADMINISTRADOR	JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	DUE	04-05-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	2
2023/2025	ADMINISTRADOR	PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	DUE	01-09-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	1
2023/2025	ADMINISTRADOR	MANUEL JOSÉ PUERTA DA COSTA	DUE	03-06-2024	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	NEx	1

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino (3) Ex/NEx – Administrador executivo / Administrador não executivo e independente

(*) Um mandato como Vice-Presidente, segundo mandato como Vice-Presidente, nomeada Presidente

A Dr^a Maria Eduarda Branco Vicente apresentou renúncia ao cargo por carta datada de 13 de fevereiro de 2025.

A 31 de dezembro de 2024:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração		Ex/ NEx (3)	Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Empresa pagadora	(2)		
2023/2025	PRESIDENTE	ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	DUE	01-09-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	2 (*)
2023/2025	ADMINISTRADOR	JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	DUE	04-05-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	2
2023/2025	ADMINISTRADOR	PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	DUE	01-09-2023	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	Ex	1
2023/2025	ADMINISTRADOR	MANUEL JOSÉ PUERTA DA COSTA	DUE	03-06-2024	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	NEx	1
2023/2025	ADMINISTRADOR	MARIA EDUARDA SIMÕES BRANCO VICENTE	DUE	03-06-2024	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	D	NEx	1

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino (3) Ex/NEx – Administrador executivo / Administrador não executivo e independente

(*) Um mandato como Vice-Presidente, segundo mandato como Vice-Presidente, nomeada Presidente

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto da Sociedade nem detém títulos representativos do seu capital social.

Órgão de fiscalização

No exercício de 2025 e 2024, os membros do Conselho Fiscal eram:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	
2023/2025	PRESIDENTE	JORGE FERNANDO REGATEIRO DE JESUS CARVALHEIRO	DUE	04-05-2023	3
2023/2025	VOGAL	VITOR MANUEL SEQUEIRA SIMÕES	DUE	04-05-2023	3
2023/2025	VOGAL	MARIA MANUEL CRUZEIRO SEABRA DA COSTA	DUE	04-05-2023	2
2023/2025	SUPLENTE	TÂNIA SOFIA LUÍS MINEIRO	DUE	04-05-2023	3

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 aos órgãos de gestão e de fiscalização ascenderam a 453.709 euros e 452.112 euros, respetivamente (Nota 16).



Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, Revisor Oficial de Contas, para o exercício de 2025, apresentam-se abaixo:

Serviço	Remuneração Anual Bruta (€)
Certificação Legal das Contas à sociedade	21,525
Procedimentos de salvaguarda de bens de clientes	4,643
Elaboração do relatório sobre o Controlo Interno	29,766
Total:	55,934

Nota: os valores mencionados incluem IVA à taxa legal em vigor

23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

24. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Sociedade foram incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu valor contabilístico. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro registadas na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” encontram-se valorizadas ao justo valor apurado com base na cotação divulgada na Reuters e/ou Bloomberg.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra diretamente exposta a risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto da CGD, Obrigações do Tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários, imobiliários e das carteiras por si geridas.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em Obrigações do Tesouro. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.



26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se conhecem, à data de elaboração deste relatório, eventos com impacto nesta apresentação de contas.



12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão (artigo 38º RJSPE)

O Estado Português, através da sua participada Caixa Geral de Depósitos, é detentor da totalidade do capital social da Caixa Gestão de Ativos S.G.O.I.C., S.A..

A Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, enquanto empresa integralmente detida pelo Estado Português, encontra-se sujeita ao cumprimento de orientações legais previstas no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE). O presente relato reporta-se aos critérios definidos através da Ofício n.º 505, de 31 de janeiro de 2022

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Otimização e robustecimento da oferta de Fundos de Investimento com produtos temáticos e adaptados à nova conjuntura
- Consolidação da incorporação de fatores ESG (sigla em inglês de *Environmental, Social and Corporate Governance*) na gestão de carteiras e no governo corporativo;
- Desenvolvimento de capacidades analíticas e implementação tecnológica em aplicações de suporte ao negócio e de controlo de riscos;
- Melhoria contínua de processos internos

No cumprimento das Práticas de Bom Governo, a Caixa Gestão de Ativos elabora anualmente um plano de atividades e orçamento que corporiza os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais estabelecidos, o qual segue o processo de apresentação e aprovação em vigor no Grupo CGD.

Mensalmente é elaborado um relatório sobre o acompanhamento do orçamento, sendo avaliados os custos de funcionamento e, em caso de desvios face ao orçamento inicialmente estipulado, são solicitados esclarecimentos aos diferentes Órgãos de Estrutura (OE) e a indicação das medidas corretivas a implementar.

Anualmente, a atividade desenvolvida pela Caixa Gestão de Ativos, e o cumprimento dos objetivos são objeto de avaliação integrada no Relatório e Contas.

O acionista promove o acompanhamento mensal da informação prestada pela Caixa Gestão de Ativos, solicitando esclarecimentos sobre o desenvolvimento das diferentes rubricas, quer de produção quer de resultados.

2. Divulgação Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

3. Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício anterior, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

4. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.



Ver ponto VII.D do relatório do Governo Societário 2025.

5. Aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No corrente mandato, não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do Conselho de Administração, sendo reembolsadas eventuais despesas de representação incorridas pelos mesmos.

Gastos com comunicações móveis

Membro do CA	Gastos com comunicações	
	Plafond Mensal Definido	Valor anual
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	120	n.d.
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	120	n.d.
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	120	n.d.

n.d. - não disponível

Gastos anuais associados a viaturas

Membro do Órgão de Administração	Gastos associados a viaturas		
	Combustível	Portagens	Total
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	178	211	388
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	43	60	103
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	421	272	693

Membro do Órgão de Administração	Encargos anuais com Viaturas						
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início / termo	Valor de renda mensal	Gasto anual com rendas
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	863	10,349
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	859	10,301
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	862	10,333

6. Despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

7. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O documento pode ser consultado no sítio institucional da Caixa Geral de Depósitos em:

https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Praticas-de-Bom-Governo/Documents/RCRHM_2024.pdf

8. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Sociedade dispõe de uma Política corporativa de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que constitui um instrumento de sistematização das medidas de prevenção e combate às diversas formas que a corrupção pode assumir, vincando os princípios de atuação, consagrando os



deveres de conduta profissional preventivos e repressivos nesta matéria e instituindo medidas de prevenção e os respetivos responsáveis e princípios aplicáveis à monitorização, avaliação e atualização da própria Política.

9. Normas de Contratação Pública

A Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, SA pauta a sua conduta no mercado pela observância dos objetivos e dos princípios de legalidade e de ética empresarial fixada para o regime do setor empresarial do Estado estabelecido pelo Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atualizada, a saber, entre outros:

- Transparência;
- Responsabilidade social;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade no tratamento de todos os seus Clientes e fornecedores;
- Promoção da igualdade e da não discriminação.

No âmbito da aquisição de bens e serviços, a Caixa Gestão de Ativos adota procedimentos que têm subjacentes princípios económicos e de racionalidade de gestão. A seleção dos fornecedores, sempre que possível, tem em consideração o seu relacionamento com a CGD e resulta da análise comparativa das diferentes propostas recolhidas junto de diversos fornecedores, sendo que os respetivos contratos são formalizados por via de troca de correspondência ou através de um contrato formal.

A realização de despesas, por seu turno, tem subjacente um processo de autorização que decorre do regime de competências delegadas por normativos internos.

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

10. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Caixa Serviços Partilhados, ACE (CSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes dos procedimentos corporativos seguidos na aquisição de bens e serviços estão consignados em normativos específicos, que foram transpostos para a Sociedade, estando orientados para o cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas de *Procurement*.

11. Parque de Veículos

Salienta-se o esforço no processo de conversão da frota própria, passando de veículos a gasóleo para veículos híbridos ou elétricos.

Neste sentido, continuam a ser adotadas medidas de gestão centralizada e de otimização dos processos relacionados com a aquisição, afetação e utilização de viaturas de serviço.

**12. Medidas de redução dos gastos operacionais, do número de efetivos e de cargos dirigentes**

Com o Plano Estratégico 2022-2025 manteve-se uma estratégia em matéria de custos com pessoal focada na retenção e atração de talento através de mais formação e maior premiação, e em matéria de gastos gerais administrativos na habilitação da transformação para superar a pressão inflacionista.

13. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

14. Quadro de informação publicada no site da Sociedade (www.caixagestaodeativos.pt) à data de 31 de dezembro de 2025

Informação a constar no site da Sociedade	Divulgação	
	S/N/N.A	Data Atualização
Estatutos	S	março 2020
Caraterização da Empresa	S	abril 2025
Função de tutela e acionista	S	abril 2024 (inalterada)
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais		
* Identificação dos Órgãos Sociais	S	maio 2025
* Estatuto Remuneratório Fixado	S	fevereiro 2024
* Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	maio 2025
* Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	maio 2025
* Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	maio 2025
Informação Financeira histórica e atual	S	abril 2025
Princípios de Bom Governo		
* Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	abril 2025
* Transações relevantes com entidades relacionadas	S	abril 2025
* Outras transações	S	abril 2025
* Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		
– Económico	S	abril 2025
– Social	S	abril 2025
– Ambiental	S	abril 2025
* Código de Ética e de Conduta	S	maio 2024
* Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	abril 2025

**APÊNDICE 1**

As informações relativas às remunerações e outros gastos com os Órgãos Sociais encontram-se registadas no Relatório do Governo Societário 2025, no capítulo “VII. Remunerações”.

APÊNDICE 2 – Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das obrigações legais 2025	Cumprimento			Justificação/referência ao ponto do relatório
	S	N	<i>n.a.</i>	
Objetivos de Gestão	X			Ponto 1.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Ponto 2.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X	Ponto 2.
Recomendação do acionista na última aprovação de contas			X	Ponto 3.
Utilização cartões de crédito (n.º 1 do artigo 32º do EGP)	X			Ponto 5.
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Ponto 5.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Ponto 9.
Contratos submetidos a visto prévio do TdC			X	Ponto 10.
Auditorias do Tribunal de Contas			X	Ponto 13.
Parque Automóvel	X			Ponto 11.
Nº trabalhadores	X			Ponto 12.
Nº cargos dirigentes	X			Ponto 12.

na - não aplicável



13.CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 57.871.383 euros e um total de capital próprio de 41.161.859 euros, incluindo um resultado líquido de 15.186.621 euros), a Demonstração do Resultado e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e. as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2025, dos 38 fundos de investimento mobiliários e dos 3 fundos de investimento imobiliários sob gestão da Entidade foram examinados por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 18 de fevereiro de 2026. Conforme divulgado na Nota 20 do anexo às demonstrações financeiras, os Relatórios de Auditoria dos Fundos denominados Caixa Seleção Energia - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto e Caixa Private Equity - Fundo de Investimento Alternativo Aberto em Valores Mobiliários incluem reservas por limitação de âmbito relativos à (i) inexistência de informação financeira atualizada que permita aferir sobre a valorização e recuperabilidade de um investimento e (ii) indisponibilidade de relatório de auditoria de um Fundo sobre o qual existe um investimento relevante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta(s) matéria(s).

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



Shape the future
with confidence

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de março de 2026

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

O Revisor Oficial de Contas Orientador:

António Filipe Dias da Fonseca Brás – ROC n.º 1661
Registado na CMVM com o n.º 20161271

Sílvia Caldeira Martins Barreto – ROC n.º 1450
Registado na CMVM com o n.º 20161060

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre a Prestação de Contas Exercício de 2025

Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho Fiscal (CF) emitir o relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de Gestão do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. ("CXGA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No âmbito das competências de fiscalização atribuídas ao Conselho Fiscal pela Lei e Estatutos, e tendo em consideração o modelo de governação seguido pela CXGA, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da Administração, da Gestão e dos resultados da CXGA, destacando-se relativamente ao exercício de 2025:

- a) O Conselho Fiscal continuou a sua participação em reuniões do Conselho de Administração indo ao encontro da recomendação da Comissão de Auditoria tendo participado em 4 reuniões realizadas em 28 de fevereiro de 2025, 24 de abril de 2025, 24 de julho de 2025 e 31 de outubro de 2025;
- b) O Conselho Fiscal participou em 1 reunião de balanço de atividade, com a Comissão de Auditoria da CGD realizada a 21 de março de 2025;
- c) A promoção e realização de reuniões com a equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pelos trabalhos de auditoria, e com os responsáveis da CXGA, nomeadamente, a Administradora Executiva, Dra. Cristina Brizido, a Contabilista Certificada, a responsável pela Direção de Supervisão e Compliance e com o novo responsável pela função de auditoria interna;
- d) A análise do Relatório e Contas de 2025, da Certificação Legal de Contas de 2025, que apresenta uma ênfase, e do Relatório do Governo Societário de 2025, sobre o qual emitimos parecer em 9 de Fevereiro de 2026;
- e) Recebemos em 20 de fevereiro de 2026 e tomamos conhecimento de todos os relatórios e contas de 2025 dos fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos pela CXGA;
- f) A consulta de diversa documentação, legislação e regulamentos aplicáveis à gestão de ativos.

Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal efetuou sete reuniões, tendo os seus membros efetivos estado presentes em todas elas. Dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes:



- a) Emissão, em 7 de fevereiro de 2025 do parecer sobre o relatório de governo societário de 2024;
- b) Emissão, em 25 de fevereiro de 2025 do parecer do CF sobre o Plano de Atividades e Orçamento de 2025-2027 da CXGA;
- c) Emissão a 7 de março de 2025 do relatório e parecer do CF sobre o relatório e prestação de contas do exercício de 2024 da CXGA;
- d) Emissão em 22 de abril, em 6 de junho e em 15 de setembro de 2025 dos pareceres do CF sobre a proposta de autorização agregada no contexto da política de transações com partes relacionadas da CXGA;
- e) Emissão em 24 de junho de 2025 do parecer do CF sobre a revisão e atualização das Políticas de Transações com Partes Relacionadas da CXGA;
- f) Emissão em 27 de junho de 2025 do Parecer do CF sobre a revisão e atualização do código de conduta da CXGA;
- g) Emissão a 30 de junho de 2025 do Relatório de Autoavaliação sobre a Adequação e Eficácia dos Sistemas de Governo e Controlo Interno da CXGA, relativo ao exercício de 2024;
- h) Emissão em 3 de julho e em 23 de setembro de 2025 dos Pareceres do CF sobre o Regulamento da Função de Auditoria Interna da CXGA e sua revisão e atualização respetivamente;
- i) Emissão em 27 de agosto de 2025 do parecer do CF sobre a proposta de transações com partes relacionadas da CXGA;
- j) Emissão a 18 de novembro de 2025 do parecer do CF sobre o regulamento da função de controlo de cumprimento do normativo de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo (PBC/CFT) da CXGA;

Notas sobre o Relatório do Governo Societário de 2025

O Conselho Fiscal analisou e deu parecer favorável ao Relatório do Governo Societário elaborado pelo Conselho de Administração da CXGA, para efeitos do art.º 54 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, constatando que o mesmo estava estruturado de acordo com as regras internas definidas pelo Grupo CGD, em particular com o manual emitido para o efeito pela UTAM, sendo ainda de destacar o cumprimento das boas práticas de governo por parte da entidade e uma efetiva segregação das funções de administração e fiscalização societárias.



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do bom grau de cumprimento de todas as orientações legais, conforme destacado pelo Conselho de Administração no seu Relatório do Governo Societário.

Notas sobre o Relatório e Contas de 2025

A Caixa Gestão de Ativos apresentou resultado líquido positivo de 15.186.621 €, o que se traduz numa redução face ao mesmo período do exercício anterior de 5,61%, sendo de destacar o seguinte quanto à evolução da atividade, resultados e balanço durante o exercício de 2025:

- a) No final do ano, o volume sob gestão de fundos mobiliários geridos pela CXGA encontrava-se avaliada em 7,783 milhões de euros, mais 13,3% do que no ano anterior;
- b) No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela CXGA encontrava-se avaliada em 762 milhões de euros, mais de 14,2 % do que no ano anterior;
- c) Durante o ano de 2025, o volume sob gestão relativamente à GXGA de Carteiras e Consultoria para Investimentos apresentou 7,684 milhões de euros, registando-se uma descida de 17.4% relativa a 2024;
- d) Em 2025, o Produto Bancário fixou-se em 32,7 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 4,6% face ao período homólogo. Esta diminuição ficou a dever-se à redução da Margem Financeira, a qual totalizou 542 mil euros versus os 1,371 milhões de euros em 2024;
- e) O total do Ativo no exercício de 2025 ascendeu a 57,8 M€ o que representou uma redução de 10.7% face ao valor a 31 de dezembro de 2024 (64,7 M€);
- f) O total do passivo diminuiu em 6,085 M€ durante o exercício 2025 assumindo o valor de 16,709 M€ (-26.7%) face a 31 de dezembro de 2024;
- g) O total do capital próprio diminuiu durante 2025 em 821 m€ para 41,1 M€ -1,9% face a 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos cumprem e satisfazem as normas legais e contabilísticas aplicáveis e refletem a posição financeira e da atividade desenvolvida pela CXGA no exercício de 2025.

PARECER

Com base na informação obtida e no trabalho efetuado, e tendo presente os aspetos descritos acima, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz e cumpre os requisitos legais aplicáveis;

- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 satisfazem e cumprem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados da CXGA;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- d) A Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2025, emitida com uma ênfase pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, merece a nossa concordância.

pelo que recomendam a aprovação do relatório e contas de 2025 da CXGA, pelo acionista.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis e demais colaboradores das diferentes Direções da CXGA e à equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por toda a colaboração prestada.

Lisboa 4 de março de 2026

Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro

Presidente



Maria Manuel Seabra da Costa

Vogal

Vitor Manuel Sequeira Simões

Vogal